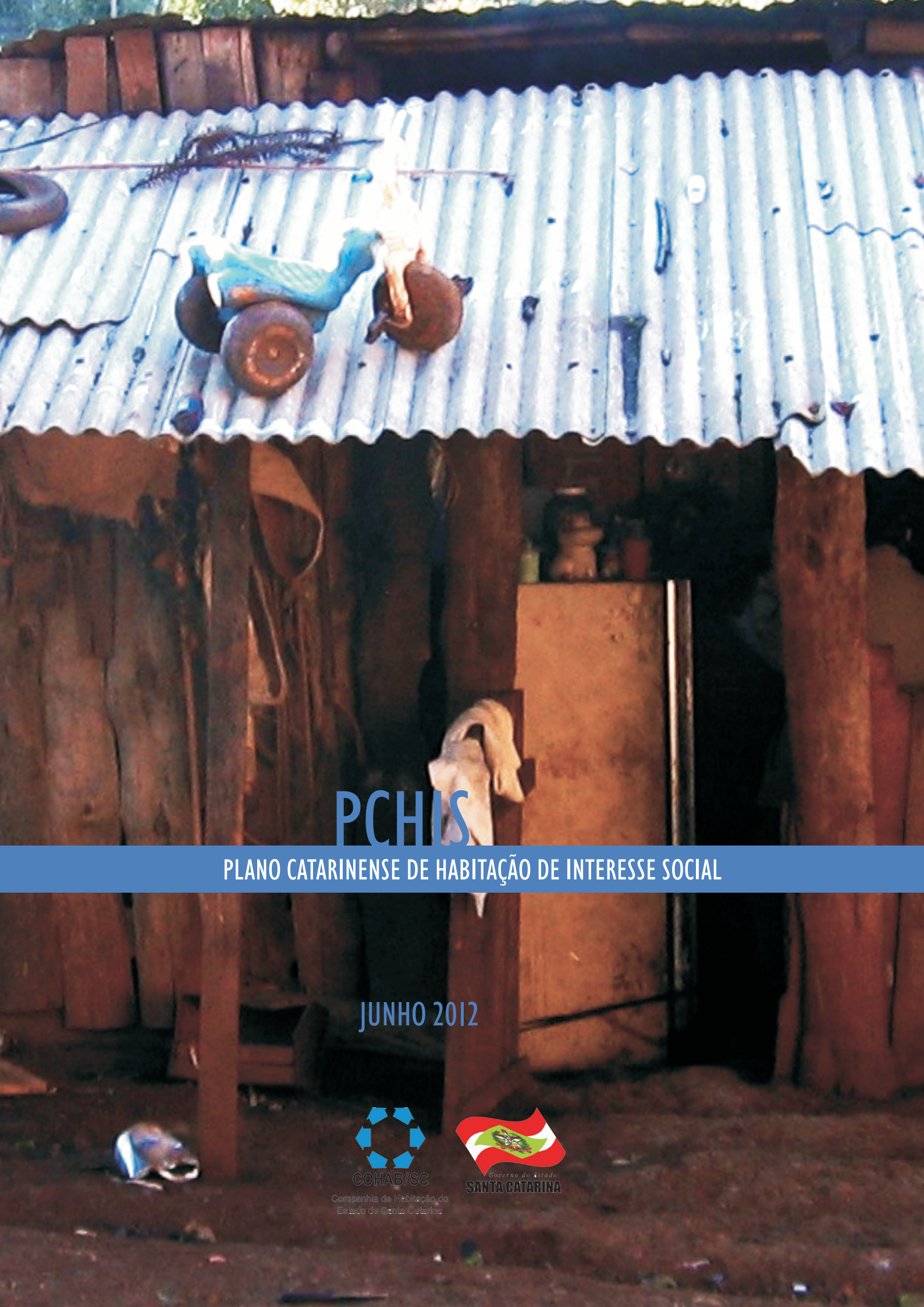




PCHIS

PLANO CATARINENSE DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

JUNHO 2012





João Raimundo Colombo *Governador do Estado*
Maria Darci Mota Beck *Diretora Presidente – COHAB/SC*

PLANO CATARINENSE DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PCHIS
Governo do Estado de Santa Catarina

Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC

Contrato n.º 0251048-50/2008/Ministério das Cidades/CAIXA/Governo do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC

Maria Darci Mota Beck
Diretora Presidente – COHAB/SC

Equipe Técnica da COHAB/SC:
Coordenação Geral
Kátia Regina Hermenegildo Schappo

Fátima Regina da Silva
Samya Campana
Júlio César Pereira de Souza
Renato Schappo
Márcia Cechetto Batista
Miriam Brasil Abraham
Vera Lúcia Luiz de Matos
Camila Magalhães Nelsis
Maury Goulart
Ana Lidia Ribeiro Pasa
Osmany Mourão
Ana Lúcia Vieira Fontanella
Vânio Michels

Ministério das Cidades

Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro
Ministro de Estado das Cidades

Inês Magalhães
Secretária Nacional de Habitação

Júnia Santa Rosa
*Diretora do Departamento de Desenvolvimento Institucional e
Cooperação Técnica*

Caixa Econômica Federal

Jacemar Bittencourt de Souza
Superintendente Regional da Grande Florianópolis

Carlos Etor Averbeck
*Gerente de Sustentação ao Negócio/
Gerência de Filial ao Desenvolvimento Urbano e Rural*

DEMACAMP – Planejamento, Projeto e Consultoria S/S Ltda.

Contrato n.º 34/2009 – COHAB/SC/DEMACAMP

Equipe Técnica da DEMACAMP:
Coordenação Geral
Eleusina Lavor Holanda de Freitas

Laura Machado de Mello Bueno
(consultoria especializada)

Margareth Matiko Uemura
Flávio Henrique Ghilardi
Sylvio Batalha da Silveira
Fernando Bruno

Andrea Quintanilha
Jéssica de Souza
Mariana Levy
Marcelo Barata
Murilo Gabarra
Natasha Menegon
Estagiárias – Renata Ribeiro e Paula Cassas



GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL DO PCHIS

Alcides Romão da Silva – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina
Janice Merigo – Federação Catarinense de Municípios
Anderson Rodrigo Miranda – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
Sandro Marcelo Xavier – CAIXA
Daniel Costa – Fundação do Meio Ambiente
Eugênia Helena S. Calçada – Centrais Elétricas de Santa Catarina
Antonio Rubens do N. Almeida – Secretaria de Estado da Assistência Social Trabalho e Habitação
Carlos César dos Santos - Secretaria de Estado da Assistência Social Trabalho e Habitação
Célia Fernandes - Secretaria de Estado do Planejamento
Luz Marina Stradiotto Steckert - Secretaria de Estado do Planejamento
Isabella Baroto Magrin - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Thays Saretta Sulzbach – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
Jorge Diamantaras – Secretaria de Estado da Segurança Pública
Lenir R. Querino – União Estadual por Moradia Popular
Márcio Porto - União Estadual por Moradia Popular
Murilo Rosa – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Emerson Gava – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina

CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA CGFUNDHAB

Poder Executivo Estadual:

Maria Darci Mota Beck - Diretora Presidente - COHAB/SC
Jaime Luiz Klein - Secretaria de Estado da Fazenda
Marcelo Carlos Botelho - Secretaria de Estado da Fazenda
Antônio Rubens do N. Almeida - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
Carlos Cesar dos Santos - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
Célia Fernandes - Secretaria de Estado do Planejamento
Luz Marina Stradiotto Steckert - Secretaria de Estado do Planejamento

Sociedade Civil:

Adriano Gelsleuchter - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
Agnes Margareth Schipanski Weiwanko - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
Fábio Ritzmann - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina
Luiz C. Zimmermann Damásio - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina
Elói Brum - União Nacional por Moradia Popular de Santa Catarina
Márcio Porto - União Nacional por Moradia Popular de Santa Catarina
Allan Rodrigo Alcântara - Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina
Lenoir Henrique - Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina

CRÉDITOS DA PUBLICAÇÃO

DEMACAMP PLANEJAMENTO, PROJETO E CONSULTORIA SS LTDA

Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC
Rua Dr. Fúlvio Aducci, 767 - Estreito | Florianópolis (SC) - CEP 88.075-001
Fone (048) 3271-7200 | Fax (048) 3271-7290
cohab.sc.gov.br | cohab@cohab.sc.gov.br
Tiragem: 2.000 exemplares

A P R E S E N T A Ç Ã O

Comprometido com o que falei desde o início do Governo, de governar para as pessoas, apresento aqui um documento que busca resolver o desafio de oferecer moradia digna para as famílias catarinenses, em especial as de baixa renda. Por isso, estamos trazendo neste momento, o Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social – PCHIS.

5.

O plano traz um diagnóstico da situação habitacional do Estado, define as diretrizes, estratégias, linhas de ação, programas, recursos, e estabelece as metas para o atendimento das necessidades habitacionais encontradas. Aqui está o início de uma ação estrutural para darmos um grande salto de melhorias em nossos índices habitacionais.

A partir da adesão do Estado ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, em maio de 2007, Santa Catarina teve a oportunidade de pensar a habitação de forma metódica e planejada. Por isso, a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC, ficou responsável pela coordenação do processo de elaboração do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social – PCHIS.

O Governo ciente de suas responsabilidades com aqueles que mais precisam do Estado, os mais pobres e desfavorecidos, apresenta este documento construído de forma participativa e se compromete a partir do ano de 2013 a implantar a nova política de habitação de interesse social no Estado de Santa Catarina, em conformidade com o PCHIS.

Esse deverá ser o instrumento de planejamento das ações do Governo do Estado de Santa Catarina para promover o acesso à uma moradia digna: um direito constitucional de todo cidadão catarinense.

Raimundo Colombo
Governador do Estado de Santa Catarina

A P R E S E N T A Ç Ã O

O Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social – PCHIS, foi elaborado a partir de parceria entre o Governo do Estado de Santa Catarina, representado pela Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC e o Governo Federal, representado pelo Ministério das Cidades e CAIXA. Através do Contrato CT 0251048-50/2008 / Ministério das Cidades / CAIXA - Prestação de serviços técnicos para Elaboração do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social (PCHIS), ao Estado de Santa Catarina, por intermédio da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC) foram viabilizados R\$ 240.415,00 do FNHIS para contratação de consultoria e R\$ 67.200,00 assumido como contrapartida física do Estado.

O processo participativo foi um dos eixos constitutivos do PCHIS iniciado pelo acompanhamento direto da equipe da COHAB/SC, da consultoria contratada e do

Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), criado como forma de integrar e articular as principais instituições que têm interesse e/ou atuam junto ao setor da habitação de interesse social, sendo um grupo de caráter consultivo, composto por órgãos da administração pública estadual, entidades profissionais e acadêmicas, federação de trabalhadores e de empresários e movimentos populares.

As reuniões regionais, interregionais, os Seminários Temáticos e o Fórum Estadual de Habitação de Interesse Social, num total de setenta e nove eventos, oportunizaram o debate de vários temas estratégicos, e acima de tudo, a participação popular, com a presença de diversos atores sociais que atuam na área habitacional no Estado e viabilizou a divulgação da elaboração do PCHIS, com a apresentação de seus produtos ao público e apropriação sobre a sua dinâmica de realização. Essas diversas instâncias de participação foram importantes espaços de interlocução política, proposição e deliberação.

O PCHIS traça um diagnóstico das necessidades habitacionais atuais do Estado e das estimativas de sua evolução no tempo; identifica e quantifica os instrumentos e os recursos necessários e disponíveis para o atendimento dessas necessidades; define os objetivos e as diretrizes a serem seguidos pela política habitacional do Estado; apresenta as linhas de ação e programas constituintes da política habitacional, indicando, a partir da identificação das práticas atuais, os aperfeiçoamentos propostos e as novas estratégias específicas a serem implementadas; define as macroestratégias e traça cenários para o atendimento das demandas quantificadas até o ano de 2023, mostrando o incremento necessário de recursos para que o Estado possa equacionar suas necessidades habitacionais. Estabelece ainda os indicadores, mecanismos e instrumentos de gestão democráticos para permitir a permanente avaliação e monitoramento da política e do próprio Plano Catarinense de Habitação e seus resultados.

Paralelamente, o Estado deverá tomar iniciativas com vistas a seu aparelhamento técnico e institucional promovendo reformas institucionais nos órgãos vinculados à questão habitacional, visando adequá-los aos desafios que se impõem.

Por isso, o Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social, apresenta uma proposta de desenvolvimento de uma estrutura ideal da organização institucional da área da habitação e contempla por último, a apresentação de minuta de Projeto de Lei, que o executivo estadual poderá submeter à aprovação da Assembleia Legislativa do Estado a fim de implementar o Plano.

Com este documento, estamos cumprindo o nosso papel de propor um conjunto de ações capazes de eliminar progressivamente as necessidades habitacionais, através de ações conjugadas das três esferas de governo e sociedade civil buscando atingir o principal objetivo da Política Estadual de Habitação de Interesse Social: universalizar o acesso à moradia digna, especialmente, para o cidadão catarinense de baixa renda.

Maria Darcí Mota Beck

Diretora Presidente - COHAB/SC

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. DIRETRIZES E OBJETIVOS DO PLANO CATARINENSE DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PCHIS	29
3. ESTRATÉGIAS	31
4. ESTIMATIVAS DE CUSTOS DE ATENDIMENTO HABITACIONAL	33
5. LINHAS PROGRAMÁTICAS E PROGRAMAS	36
6. SISTEMA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	68
7. CENÁRIOS DE INVESTIMENTOS DO PLANO CATARINENSE DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	70
8. AGENDA DE CURTO PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO CATARINENSE DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PCHIS	76
9. BIBLIOGRAFIA	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1	Distribuição Percentual do Déficit Habitacional Urbano (1), por faixas de renda média familiar mensal – Santa Catarina – 2007	10
Gráfico 1.2	Componentes do Déficit Habitacional – Santa Catarina – 2007	10
Gráfico 1.3	Evolução do Percentual de Habitações Precárias e de Ônus Excessivo com Aluguel em relação aos Domicílios Particulares Permanentes – Santa Catarina, Região Sul e Brasil (2000, 2005, 2006 E 2007)	10
Gráfico 1.4	Distribuição do déficit habitacional total pelas mesorregiões de Santa Catarina - 2000	11
Gráfico 1.5	Déficit Habitacional Relativo, pelas Mesorregiões de Santa Catarina – 2000	11
Gráfico 1.6	Déficit Habitacional Básico 2000 por Tipologia de Municípios (% Em Relação Ao Total)	12
Gráfico 1.7	Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1) – Santa Catarina – 2007	13
Gráfico 1.8	Evolução da Distribuição dos Critérios de Inadequação dos Domicílios Urbanos Duráveis (1) – Santa Catarina – 2007	13
Gráfico 1.9	Percentual de municípios com favelas ou assemelhados, casa de cômodos ou assemelhados, loteamentos irregulares e/ou clandestinos, Santa Catarina - 2008	14
Gráfico 1.10	Percentual de municípios com favelas ou assemelhados, casa de cômodos ou assemelhados, loteamentos irregulares e/ou clandestinos - Santa Catarina (2008)	15
Gráfico 1.11	Investimentos Contratados do Governo Federal em Habitação, por ano - Santa Catarina (2003 a outubro de 2010)	18
Gráfico 1.12	Investimentos Contratados do Governo Federal em Habitação, por programa - Santa Catarina (2003 a outubro de 2010) - em R\$ milhões	19
Gráfico 1.13	Total de contratação de investimentos federais em habitação, por porte de município – Santa Catarina (2003 a outubro de 2010)	19
Gráfico 1.14	Investimentos contratados do Governo Federal, por tipo de tomador e porte dos municípios, Santa Catarina (2003 a outubro de 2010)	19
Gráfico 1.15	Execução orçamentária dos municípios de Santa Catarina na função habitação em relação a todo o orçamento municipal (2005 a 2009)	20
Gráfico 1.16	Média de execução orçamentária na função habitação em relação a todo o orçamento municipal, por extratos de municípios (2005-2009)	20
Gráfico 1.17	Caracterização do Órgão Gestor da Habitação no Município – Prefeituras de Santa Catarina, 2009	22
Gráfico 1.18	Porte populacional e caracterização do órgão de habitação – percentual por porte populacional – Prefeituras de Santa Catarina (2009)	23
Gráfico 1.19	Conselho Municipal de Habitação – Prefeituras de Santa Catarina, 2009	24
Gráfico 1.20	Existência e caráter do Fundo Municipal de Habitação – Prefeituras de Santa Catarina, 2009	24
Gráfico 1.21	Existência de legislação e Plano/Programa de Regularização Fundiária – Prefeituras de Santa Catarina, 2008	25
Gráfico 1.22	Programas Habitacionais realizados nos anos de 2007 e 2008, Municípios de Santa Catarina	25
Gráfico 1.23	Programas Habitacionais realizados nos anos de 2007 e 2008, por porte de municípios, Santa Catarina (%)	26

8.

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1.1	Quantificação dos domicílios em assentamentos precários nos PLHIS selecionados – Santa Catarina	16
Tabela 1.2	Proposta de percentual de domicílios em assentamentos precários no Estado de Santa Catarina	16
Tabela 1.3	Distribuição da demanda futura por faixas de renda, Santa Catarina (2011-2023)	17
Tabela 1.4	Produção Habitacional da COHAB/SC - Janeiro/2003 a Agosto/2010	18
Tabela 7.1	Cenário Conservador de Investimentos do PCHIS (2012-2023)	70
Tabela 7.2	Cenário Otimista de Investimentos do PCHIS (2012-2023)	71
Tabela 7.3	Plano Plurianual 2012-2015 do Governo do Estado de Santa Catarina	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1	Quadro dos atores da política estadual de habitação de Santa Catarina	22
Figura 5.1	Proposta de Organograma da Organização Institucional da Política Estadual de Habitação	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1	Dados consolidados das necessidades habitacionais de Santa Catarina para cálculo dos custos de atendimento habitacional	17
Quadro 4.1	Parâmetros de custos de atendimento habitacional	33
Quadro 4.2	Dados consolidados das necessidades habitacionais de Santa Catarina para cálculo dos custos de atendimento habitacional	34
Quadro 4.3	Memória de cálculo das estimativas de custos de atendimento das necessidades habitacionais	34
Quadro 5.1	Proposta de Linhas Programáticas, Programas e Subprogramas do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social	37
Quadro 6.1	Objetivos e Indicadores (PCHIS)	69

1 . I n t r o d u ç ã o

Finalizada a etapa de elaboração do diagnóstico da questão habitacional do estado, o Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social – PCHIS passou a definir as estratégias de ação para o planejamento da política estadual de habitação no horizonte temporal até o ano de 2023. Concebido como um plano-de-ação, o diagnóstico traçou e delineou as principais características, gargalos e possibilidades da problemática habitacional e urbana no estado, de modo a logo em seguida proporcionar o cenário para definir medidas de curto, médio e longo prazo para a atuação do poder público (União, Estado e Municípios) e sociedade civil no atendimento às necessidades habitacionais de Santa Catarina.

O levantamento dos dados sobre as necessidades habitacionais de Santa Catarina apontou que o déficit habitacional, ou seja, a necessidade de construção de novas moradias ou reconstrução daquelas em péssima habitabilidade, é de 150.516 domicílios para 2010¹, sendo que a maioria concentra-se nas faixas de mais baixa renda: 77,1% até 3 salários mínimos e 13,9% de 3 a 5 salários mínimos. Diversas são as formas de precariedade habitacional que compõem o déficit. A coabitação familiar, entendida como aquelas famílias que moram em cômodos de um mesmo domicílio e demandariam uma nova habitação para ter uma condição de moradia digna², representa o principal componente do déficit (39% do total); as habitações precárias, que não tem uma condição construtiva adequada e necessariamente não precisam ser totalmente reconstruídas, configuram 30% do déficit habitacional, juntamente com o ônus excessivo com aluguel (também 30% do déficit), ou seja, famílias que ganham até 3 salários mínimos e gastam mais de 30% do orçamento familiar com aluguel, comprometendo sobremaneira a fonte de renda com a moradia. Deve-se destacar que a evolução dos números déficit habitacional em Santa Catarina, entre 2000 e 2007, mostram uma queda no número de domicílios com ônus excessivo com aluguel e um aumento naqueles considerados habitação precária, sendo que nesse último componente deve-se destacar que a tendência nacional foi de queda no número de habitações precárias no mesmo período.

9.

1

Atualizando-se os dados de 2007 da Fundação João Pinheiro pelo crescimento demográfico dos domicílios até 2010.

2

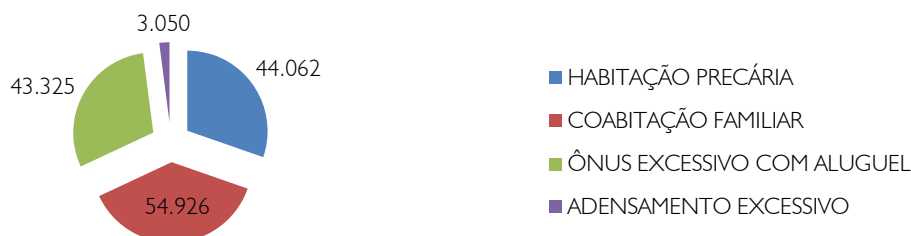
Excluindo-se aquelas que moram em uma habitação por opção, arranjo familiar ou estratégia econômica de vida, por exemplo.

Gráfico I.1 - Distribuição Percentual do Déficit Habitacional Urbano (I), por faixas de renda média familiar mensal – Santa Catarina – 2007



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2007. (I) Inclusive rural de extensão urbana.

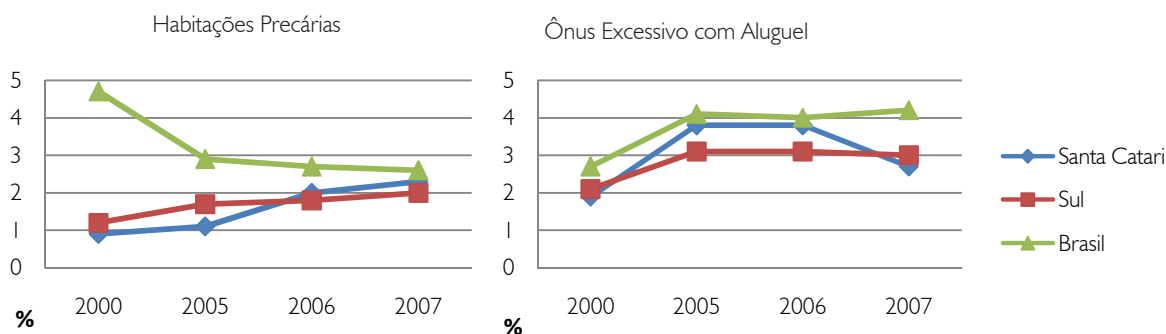
Gráfico I.2 - Componentes do Déficit Habitacional – Santa Catarina – 2007



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2007.

10.

Gráfico I.3 - Evolução do Percentual de Habitações Precárias e de Ônus Excessivo com Aluguel em relação aos Domicílios Particulares Permanentes – Santa Catarina, Região Sul e Brasil (2000, 2005, 2006 E 2007)

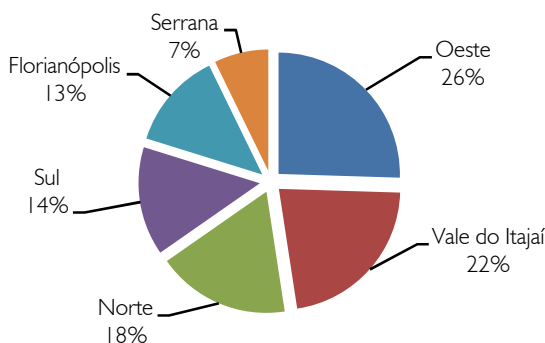


Fontes: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2007 – Fundação João Pinheiro (FJP), Déficit Habitacional no Brasil 2006.

Observando-se a espacialização dos dados do déficit habitacional no território de Santa Catarina, verifica-se que as mesorregiões Oeste e Vale do Itajaí concentram o maior volume do problema, a primeira com 26% e a segunda com 22% do total, seguidas pela região Norte (18%), Sul (14%), Grande Florianópolis (13%) e Serrana (7%).

Uma dimensão importante do déficit habitacional refere-se a sua predominância relativa ao total dos domicílios, ou seja, seu percentual no território, apontando para a relevância do problema habitacional em municípios ou regiões que não tem uma grande quantidade de população, com uma dinâmica rural, por exemplo, como em muitos municípios de Santa Catarina. Assim, a mesorregião Oeste apresenta o maior déficit habitacional relativo dentre as mesorregiões do estado (8,5% do total de domicílios), indicando a especificidade dos pequenos municípios do oeste, com uma forte dinâmica da agroindústria; em seguida vem a mesorregião Serrana (6,7%), e depois Vale do Itajaí (6,3%), Norte (6,3%), Sul (6,3%) e Grande Florianópolis (6,2%).

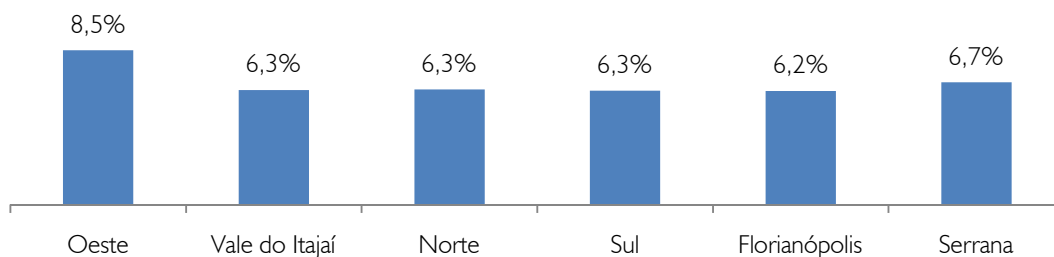
Gráfico 1.4 - Distribuição do déficit habitacional total pelas mesorregiões de Santa Catarina - 2000



Fontes: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação João Pinheiro (FJP), Déficit Habitacional no Brasil 2000.

11.

Gráfico 1.5 - Déficit Habitacional Relativo, pelas Mesorregiões de Santa Catarina - 2000

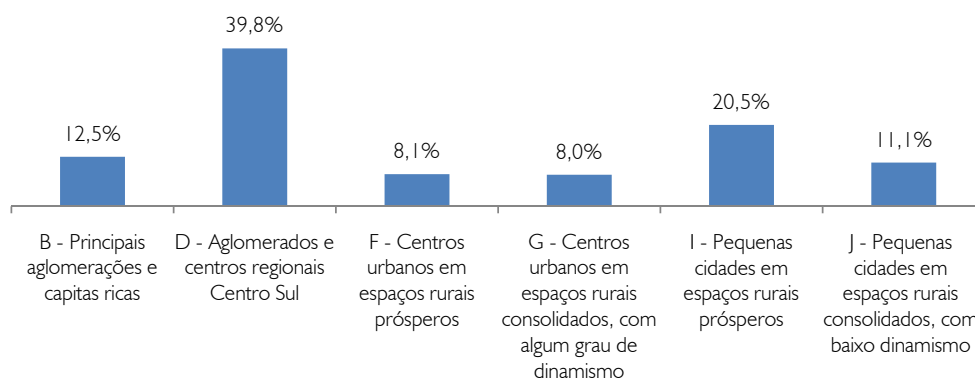


Fontes: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação João Pinheiro (FJP), Déficit Habitacional no Brasil 2000.

Tais dados regionais do déficit habitacional corroboram a análise efetuada por tipologia de municípios, na qual se considera principalmente o porte populacional e a dinâmica econômica de cada um deles agrupada por características comuns. Em Santa Catarina, são os municípios de maior porte (aglomerados e centros regionais) e pequenas cidades em espaços rurais prósperos que concentram o déficit habitacional do estado, as primeiras com 39,8% do total e as segundas com 20,5% do total. Portanto, os dados indicam a necessidade

de atuação diferenciada do Governo do Estado conforme a diversidade da problemática habitacional das diversas regiões.

Gráfico 1.6 - Déficit Habitacional Básico 2000 por Tipologia de Municípios (% Em Relação Ao Total)



Fontes: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação João Pinheiro (FJP), Déficit Habitacional no Brasil 2000.

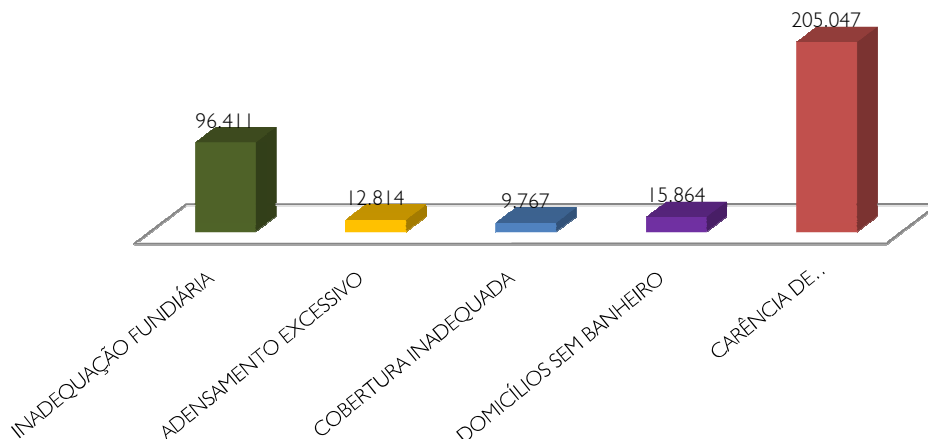
A inadequação dos domicílios urbanos é outro importante componente do levantamento das necessidades habitacionais em um plano de habitação. A inadequação considera aqueles domicílios com problemas na qualidade da moradia, que demandam ações de melhoria e não necessariamente a construção de novas unidades³. A carência de infra-estrutura, ou seja, a falta de acesso a alguns serviços básicos como água, energia elétrica, saneamento básico e coleta de lixo, configura-se como o maior volume da inadequação habitacional de Santa Catarina, de acordo com dados atualizados para 2010 (são 205.047 domicílios com carência de infra-estrutura).

O segundo maior componente é a inadequação fundiária, quando a família não tem a posse da terra onde mora (118.749 domicílios): trata-se de um número preocupante, pois os dados mostram seu aumento nos últimos anos e por indicarem a insegurança na posse da moradia, além de influir no preço da terra, visto que com a maior irregularidade os terrenos regulares terão um valor maior no mercado. Deve-se salientar, também, que a especificidade do problema da carência de infra-estrutura e da inadequação fundiária em Santa Catarina, se dá em uma presença mais espalhada pelo território dos municípios, principalmente nos de menor porte, em contraposição a uma maior concentração em assentamentos precários.

Os outros componentes da inadequação habitacional tem uma dimensão menor do que os dois anteriormente apresentados, mas indicam a necessidade de se prever ações específicas para seu atendimento. Os domicílios sem banheiro totalizam 19.792 unidades no estado; o adensamento excessivo, compreendido como as casas e apartamentos próprios que necessitam de ampliação para melhor habitabilidade, representam 15.833 domicílios e a cobertura inadequada, ou seja, o telhado das habitações feito com material inadequado corresponde a 11.875 domicílios.

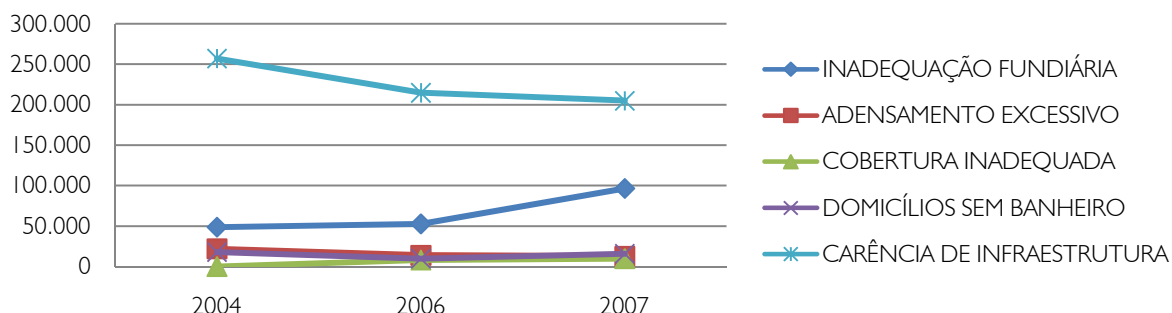
³ Deve-se ressaltar que não é possível somar os dados do déficit habitacional com aqueles da inadequação dos domicílios urbanos, visto que pode haver dupla contagem e que os componentes da inadequação não são mutuamente excludentes.

Gráfico 1.7 - Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (I) – Santa Catarina – 2007



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2007

Gráfico 1.8 - Evolução da Distribuição dos Critérios de Inadequação dos Domicílios Urbanos Duráveis (I) – Santa Catarina – 2007



(I) Apenas domicílios urbanos duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos, sendo excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do déficit habitacional. Inclui, além dos domicílios urbanos, os rurais de extensão urbana.
Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2007

Uma dimensão específica da mensuração das necessidades habitacionais em um plano de habitação refere-se ao diagnóstico sobre assentamentos precários: considerados como “aglomerações com delimitação mais ou menos precisa no tecido urbano, em geral, distintas do entorno quanto às suas características físicas e sociais; e com ocupação inequívoca e majoritária por população de baixa renda” (CARDOSO e ARAÚJO, 2008), são identificados como cortiços, favelas, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público, que se acham em situação de irregularidade ou de degradação (Denaldi, 2009). Na quantificação dos dados sobre assentamentos precários, além de dificultadores referentes à qualidade dos dados estatísticos disponíveis, existe a limitação de não se conseguir produzir, em um plano estadual de habitação, pesquisa de campo para a quantificação de assentamentos precários no território do estado e de não contar com estes dados disponíveis em todos os municípios. Assim, para a construção de uma modelagem de dados que pudesse servir para os fins de planejamento da política

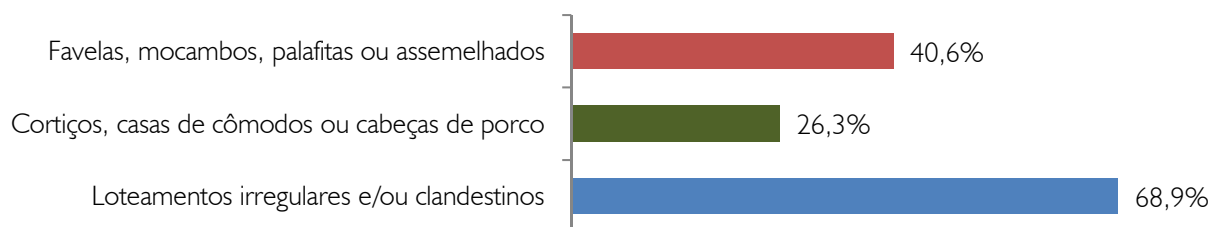
estadual de habitação, no que se refere ao tratamento dos assentamentos precários, trabalhou-se com uma análise de dados que pudesse apontar, inicialmente, para a importância da problemática no estado. Tratou-se, portanto, de indicar a necessidade de se abordar a urbanização de assentamentos precários com critérios mais precisos e qualificação mais apurada das dimensões do problema no estado.

Dados da pesquisa do CEM/CEBRAP para o Ministério das Cidades apresentados, para Santa Catarina (tendo como referência dados qualificados do Censo Demográfico 2000), a identificação de 14.021 domicílios em assentamentos precários no estado, sendo 558 em aglomerados subnormais (Censo 2000) e 13.463 na análise estatística do CEM/CEBRAP; a pesquisa abrangeu 97 municípios do estado, mas somente foram encontrados assentamentos precários em 36 destes. Em pesquisa realizada por meio de formulários eletrônicos junto às prefeituras pela COHAB/SC, no ano de 2008 em parceria com as Secretarias de Desenvolvimento Regional, identificou-se que 81 prefeituras responderam a questão sobre assentamentos precários, sendo informada a existência de 359 assentamentos precários, com 42.845 domicílios e 145.176 pessoas.

A pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros, do ano de 2008, trouxe uma questão específica sobre a existência de assentamentos precários nos municípios brasileiros. Um primeiro dado que chama a atenção é a grande presença dos loteamentos irregulares e/ou clandestinos nos municípios do estado: cerca de 69% dos municípios informaram ter loteamentos irregulares e/ou clandestinos em seus territórios. Essa característica foi observada nas oficinas regionais, perpassando todos os municípios, desde aqueles de menor porte quanto os de maior porte. As favelas e assemelhados estão presentes em um universo um pouco menor de municípios, chegando a quase metade destes (40,6%), visto que é um fenômeno característico das grandes cidades. Os cortiços foram apontados por um número menor de municípios (26,3%). Quando observamos as referências a esses tipos de assentamentos precários por porte de municípios, verificamos que a questão dos loteamentos precários e/ou clandestinos tem maior predominância nos municípios de menor porte, enquanto que as favelas e cortiços nos municípios de maior porte, principalmente naqueles acima de vinte mil habitantes.

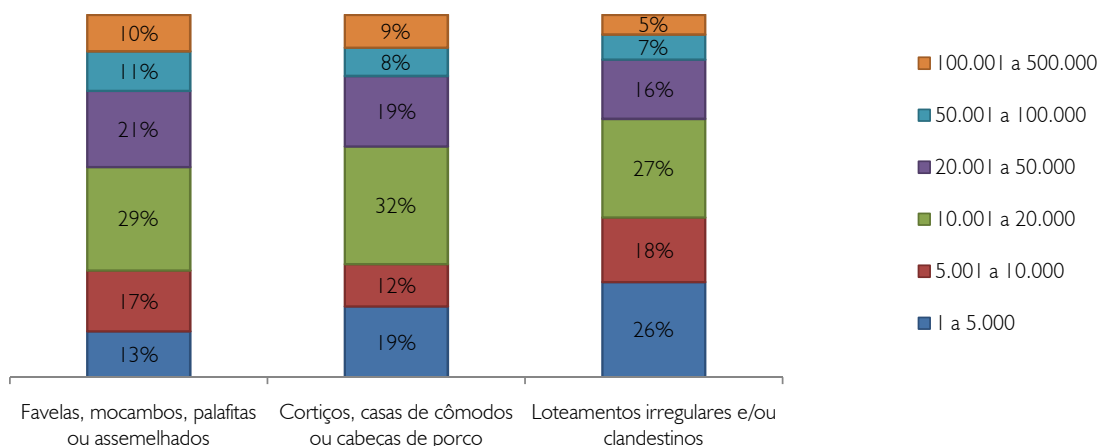
14.

Gráfico 1.9 - Percentual de municípios com favelas ou assemelhados, casa de cômodos ou assemelhados, loteamentos irregulares e/ou clandestinos, Santa Catarina - 2008



Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – 2008.

Gráfico 1.10 - Percentual de municípios com favelas ou assemelhados, casa de cômodos ou assemelhados, loteamentos irregulares e/ou clandestinos - Santa Catarina (2008)



Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – 2008.

Somada a precariedade de infraestrutura encontrada nos assentamentos precários, há também habitações localizadas em áreas de risco (encostas, faixas de domínio - oleodutos, gasodutos, transmissão) ou de preservação ambiental (margens de leitos d'água, nascentes, mananciais). Estes domicílios podem estar construídos em assentamentos precários e, portanto, serem contabilizados como déficit de novas moradias a serem atendidas no processo de urbanização. Vale ressaltar que a mensuração dos dados estatísticos pelas fontes de informação nacional (IBGE e Fundação João Pinheiro) não capta questões ligadas a áreas de risco, dificultando o dimensionamento do problema. Assim, a situação que não foi contabilizada neste diagnóstico são as que estão fora de assentamentos precários, pois não há mapeamento de risco realizado pelos municípios.

Com o objetivo de realizar uma análise de caráter mais qualitativo sobre a identificação e caracterização dos assentamentos precários nos municípios de Santa Catarina, realizou-se a leitura de documentos de diagnóstico de alguns Planos Municipais de Habitação em elaboração ou já finalizados. Resolveu-se aproveitar o contexto atual de elaboração, pelas prefeituras, de tais planos, em que a abordagem dos assentamentos precários é uma das etapas de diagnóstico que frequentemente vem se realizando nesse processo. Pôde-se observar que: na maioria dos municípios houve levantamento *in loco* sobre os assentamentos precários existentes; a classificação dos assentamentos precários seguiu a metodologia do MCidades; mas em muitos é preciso explicitar com maior clareza como se chegou às classificações adotadas; em alguns municípios se verifica a importância de programas anteriores que já desenvolveram informações; os tipos mais identificados foram os loteamentos irregulares / clandestinos; nos municípios de maior porte há maior identificação de favelas e assemelhados do que nos municípios de menor porte; os planos analisados avançaram pouco quanto às intervenções indicativas para os assentamentos identificados.

Tabela 1.1 - Quantificação dos domicílios em assentamentos precários nos PLHIS selecionados – Santa Catarina

Município	População (censo 2010)	Domicílios em assentamentos precários (dados plhis)	Total de domicílios (censo 2010)	% em assentamentos precários
Biguaçu	57.139	1.370	17.708	7,7%
Braço do Norte	29.007	150	8.891	1,7%
Chapadão do Lageado	2.764	8	838	1,0%
Florianópolis	404.224	13.231	143.142	9,2%
Forquilha	22.503	450	6.933	6,5%
Joinville	509.293	7.390	159.420	4,6%
Laguna	50.766	2.398	17.036	14,1%
Porto Belo	15.986	-	5.149	0,0%
Rio Negrinho	39.839	1.090	11.947	9,1%
Tubarão	96.284	3.707	32.306	11,5%

Fonte: elaboração própria, Demacamp (2011) e Censo Demográfico 2010.

Portanto, para a estimativa de custos de atendimento das necessidades habitacionais em assentamentos precários em Santa Catarina, de forma a subsidiar a definição das metas financeiras do PCHIS, foi necessário definir um número minimamente mais próximo à realidade estadual. A partir dos dados verificados nos planos locais de habitação, propôs-se um percentual de domicílios que se encontrariam em assentamentos precários, de acordo com o porte populacional e aumentando o percentual conforme aumenta a classe do porte populacional. A tabela abaixo apresenta os percentuais propostos de domicílios em assentamentos precários, chegando a uma média estadual de 4,6% e a um número total de 91.011 domicílios nessas condições⁴.

16.

Tabela 1.2 - Proposta de percentual de domicílios em assentamentos precários no Estado de Santa Catarina

Faixa populacional	% domicílios em assentamentos precários	Número de Domicílios (Censo 2010)	Estimativa de Domicílios em Assentamentos Precários
0 a 20 mil habitantes	1,0%	506.914	5.069
20 mil a 50 mil habitantes	3,5%	318.604	11.151
50 mil a 100 mil habitantes	5,0%	298.183	14.909
100 mil a 550 mil habitantes	7,0%	855.452	59.882
TOTAL	4,6%	1.979.153	91.011

Fonte: elaboração própria, Demacamp (2011), Censo Demográfico IBGE 2010 e MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação - Centro de Estudos da Metrópole/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cem/Cebralp (2008a).

Por fim, para completar a quantificação das necessidades habitacionais em Santa Catarina, estimou-se o volume da demanda demográfica futura por moradias até 2023. Basicamente, tais números apresentam o número de famílias que irão se formar no estado, em virtude principalmente da tendência do crescimento demográfico observada em períodos anteriores, e que irão demandar uma solução habitacional. A demanda demográfica futura por moradias em Santa Catarina, entre 2011 e 2023, está estimada em 299.831 domicílios na faixa entre 0 a 3 salários mínimos e em 221.558 domicílios entre 3 a 5 salários mínimos, totalizando uma demanda de 521.389 domicílios a se formarem na faixa de 0 a 5 salários mínimos entre 2011 e 2023.

⁴ Assim como encontrado na análise dos planos locais de habitação, esse número é cerca de 6 vezes maior do que o estimado pelo CEM/CE-BRAP, que foi de 14.021 domicílios para o estado de Santa Catarina.

Tabela 1.3 - Distribuição da demanda futura por faixas de renda, Santa Catarina (2011-2023)

Faixas de Renda	Distribuição pelas faixas de renda (1)	Demanda Futura por Novas Unidades (2011 – 2023) (2)
0 até 1 salário mínimo	7,31%	61.592
Mais de 1 a 2 salários mínimos	13,76%	115.912
Mais de 2 a 3 salários mínimos	14,52%	122.327
Subtotal 0 a 3 salários mínimos	35,58%	299.831
Mais de 3 a 5 salários mínimos	26,29%	221.558
Subtotal 0 a 5 salários mínimos	61,88%	521.389
Mais de 5 a 10 salários mínimos	25,48%	214.715
Mais de 10 a 20 salários mínimos	9,75%	82.122
Mais de 20 salários mínimos	2,89%	24.380
TOTAL	100%	842.605

Fontes: (1) IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009. (2) OLIVEIRA, GIVISIEZ e RIOS-NETO (2009).

A definição das estratégias de ação do Plano Catarinense de Habitação, etapa atual do seu processo de elaboração, passa pela estimativa de custos de atendimento às necessidades habitacionais, os quais balizarão a proposição de metas físicas e financeiras de atendimento no horizonte de planejamento do plano (apresentadas no próximo produto a ser elaborado). Portanto, deverão ser definidos números considerados minimamente razoáveis – apesar de não serem aqueles mais fidedignos, dadas as limitações do desenvolvimento institucional da área – sobre as necessidades habitacionais do estado de Santa Catarina, que serão utilizadas para a proposição de soluções habitacionais com respectivas estimativas de custos de atendimento.

17.

Assim, teremos o seguinte quadro-resumo com as necessidades habitacionais de Santa Catarina a serem adotadas para o cálculo dos custos de atendimento habitacional.

Quadro 1.1 - Dados consolidados das necessidades habitacionais de Santa Catarina para cálculo dos custos de atendimento habitacional

Déficit Habitacional (2010)	Em assentamentos precários	13.652
	Fora de assentamentos precários	136.764
	TOTAL – déficit habitacional	150.416
Inadequação dos Domicílios (2010)	Domicílios em assentamentos precários	77.359
	Inadequação fundiária	118.749
	Adensamento Excessivo	15.833
	Cobertura Inadequada	11.875
	Domicílios sem banheiro	19.792
Demanda Demográfica Futura Prioritária (2011-2023)	0 a 3 salários mínimos	299.830
	3 a 5 salários mínimos	221.558
	TOTAL - 0 a 5 salários mínimos	521.389

Fonte: elaboração própria a partir de dados secundários explicitados no texto.

Além de efetuar o diagnóstico das necessidades habitacionais de Santa Catarina, o diagnóstico também empreendeu dois tópicos da análise considerados estratégicos para a definição de ações do Plano: os investimentos em habitação de interesse social realizados no estado, tanto pelo Governo do Estado quanto pelo Governo Federal e Prefeituras; e as condições institucionais e administrativas da política de habitação.

Na análise dos investimentos em habitação de interesse social, os dados da produção habitacional realizada pela COHAB/SC (fornecidos pela própria), entre janeiro de 2003 e agosto de 2010, apresentam um total de 11.880 unidades concluídas, em execução ou em contratação (cerca 39% rural e 61% urbana), sendo mais 1.595 unidades realizadas por Prefeituras com apoio técnico da COHAB/SC. A tabela abaixo detalha esses números e o valor de investimento.

Tabela 1.4 – Produção Habitacional da COHAB/SC - Janeiro/2003 a Agosto/2010

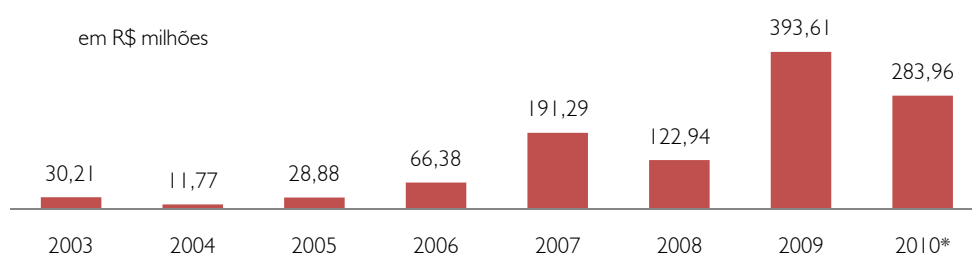
OBRAS E PROJETOS (Situação)	NÚMERO DE UNIDADES			VALOR DO INVESTIMENTO (R\$)		
	TOTAL	rurais	urbanas	CEF (FGTS)	CONTRATADO	REALIZADO 2003/2010
I – obras concluídas	8.724	4.078	4.646	R\$ 73.989,44	R\$ 57.357.451,79	R\$ 56.068.266,27
II – obras em execução	1.920	410	1.510		R\$ 17.815.563,64	R\$ 4.688.786,40
III – obras em contratação	1.236	145	1.091		R\$ 11.643.274,41	
TOTAL	11.880	4.633	7.247	R\$ 73.989,44	R\$ 86.816.289,84	R\$ 60.757.052,67

Fonte: Companhia de Habitação de Santa Catarina – COHAB/SC.

Obs.: Mais 1.595 HABITAÇÕES construídas por Prefeituras Municipais, com apoio técnico da COHAB/SC na elaboração e apresentação de Projetos a entidades financiadoras.

Quanto ao montante de recursos em habitação (obras contratadas) repassados pelo Governo Federal para Santa Catarina, foi selecionado o volume de investimentos entre 2003 e 2010, por programa do Governo Federal e, também, por tipo de tomador. De forma sintética, verifica-se que os investimentos viabilizados pelo setor privado, em parceria com o poder público, são os maiores tomadores de recursos, por conta do Programa Minha Casa, Minha Vida lançado recentemente. As prefeituras são o segundo maior tomador de recursos do Governo Federal, seguidas pela produção social da moradia, ou seja, por associações, sindicatos, cooperativas e afins.

Gráfico 1.11 - Investimentos Contratados do Governo Federal em Habitação, por ano - Santa Catarina (2003 a outubro de 2010)



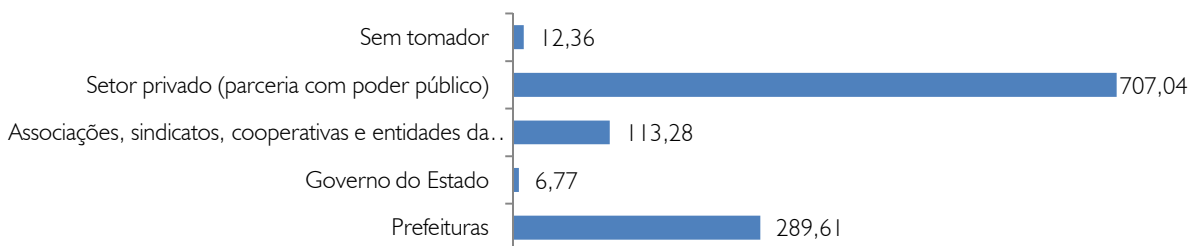
Fonte: SIAPF / CAIXA. Posição: 20/09/2010. Sistema de acompanhamento, pela internet, do andamento das obras operacionalizadas pela CAIXA, voltadas para o desenvolvimento urbano e rural: https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/siurbrn/acompanhamento/ac_publico/sistema/asp/ptei_filtro_inicial.asp Acesso em: 07.10.2010.

Quando tomado o volume de investimento do Governo Federal pelo porte populacional dos municípios, verifica-se que um maior volume de recursos naqueles entre 100 mil e 500 mil habitantes. Considerando-se o investimento per capita, verifica-se que os municípios entre 5 mil e 50 mil habitantes foram aqueles que tiveram o menor nível de investimento. Quando analisados os tipos de tomadores de recursos em habitação do Governo Federal por porte de município, constata-se que nos municípios de menor porte

as cooperativas e associações têm grande preponderância; já as prefeituras mostram sua presença em todos os portes de municípios; e o setor privado tem maior preponderância nos municípios de maior porte.

Gráfico 1.12 - Investimentos Contratados do Governo Federal em Habitação, por programa - Santa Catarina (2003 a outubro de 2010) - em R\$ milhões

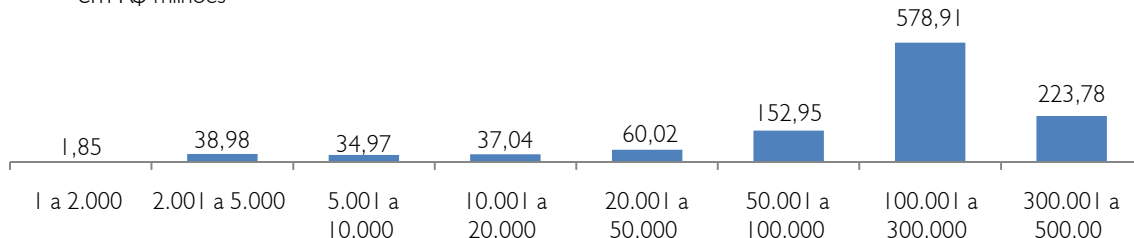
em R\$ milhões



Fonte: SIAPF/CAIXA. Posição: 20/09/2010. Sistema de acompanhamento, pela internet, do andamento das obras operacionalizadas pela CAIXA, voltadas para o desenvolvimento urbano e rural: https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/siurbrn/acompanhamento/ac_publico/sistema/asp/ptei_filtro_inicial.asp Acesso em: 07.10.2010.

Gráfico 1.13. - Total de contratação de investimentos federais em habitação, por porte de município - Santa Catarina (2003 a outubro de 2010)

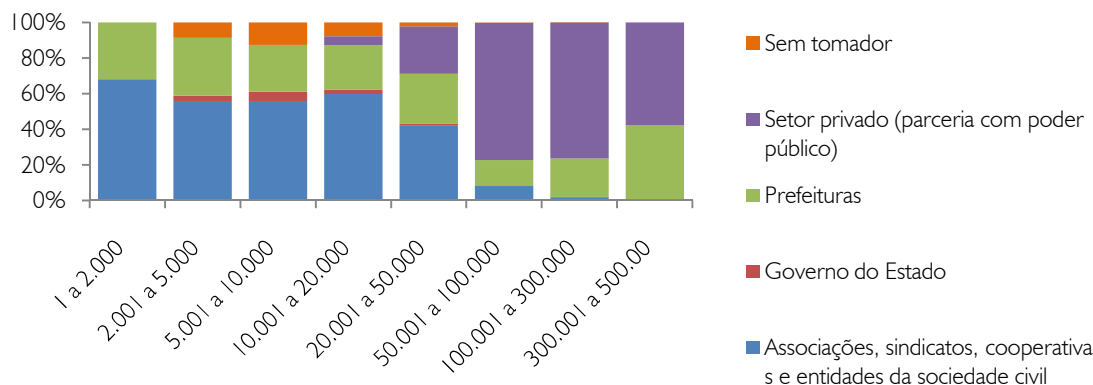
em R\$ milhões



19.

Fonte: SIAPF/CAIXA. Posição: 20/09/2010. Sistema de acompanhamento, pela internet, do andamento das obras operacionalizadas pela CAIXA, voltadas para o desenvolvimento urbano e rural: https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/siurbrn/acompanhamento/ac_publico/sistema/asp/ptei_filtro_inicial.asp Acesso em: 07.10.2010.

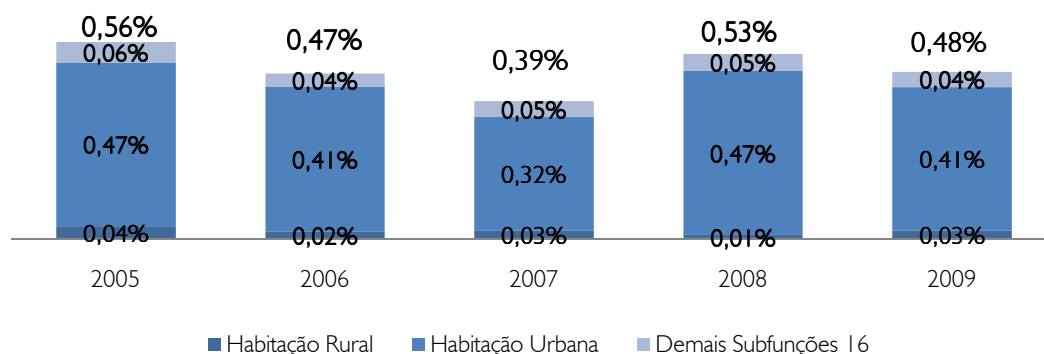
Gráfico 1.14 - Investimentos contratados do Governo Federal, por tipo de tomador e porte dos municípios, Santa Catarina (2003 a outubro de 2010)



Fonte: SIAPF/CAIXA. Posição: 20/09/2010. Sistema de acompanhamento, pela internet, do andamento das obras operacionalizadas pela CAIXA, voltadas para o desenvolvimento urbano e rural: https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/siurbrn/acompanhamento/ac_publico/sistema/asp/ptei_filtro_inicial.asp Acesso em: 07.10.2010.

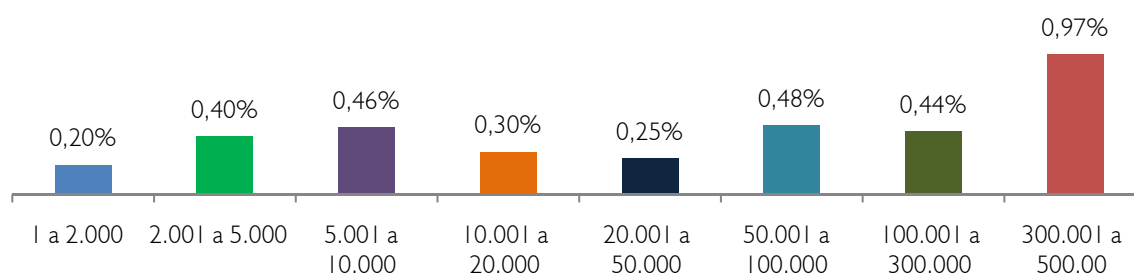
Para a análise dos recursos orçamentários gastos em habitação pelos municípios de Santa Catarina, tomamos a compilação dos balanços orçamentários disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para os anos de 2005 a 2009. Verifica-se que o percentual gasto pelos municípios na função habitação tem girado em torno de 0,5% do orçamento municipal, sendo que a maior parte dos recursos tem sido empregada na rubrica habitação urbana (o que não significa que tenham sido feitas só moradias na área urbana, por tratar-se tão somente de um aspecto classificatório das despesas). Analisando o gasto com habitação, no período de 2005 a 2009, por porte populacional dos municípios de Santa Catarina, depreende-se que o baixo percentual de investimento, inferior a 0,50% do orçamento, é predominante em quase todas as faixas populacionais, com exceção nos municípios com população acima de 300 mil habitantes. O que permite concluir que a habitação ainda tem que se tornar uma prioridade nos orçamentos municipais.

Gráfico 1.15 - Execução orçamentária dos municípios de Santa Catarina na função habitação em relação a todo o orçamento municipal (2005 a 2009)



Fonte: Elaboração Própria. Fonte Primária: Execução Orçamentária dos Municípios – FINBRA, divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/Ministério da Fazenda).

Gráfico 1.16 - Média de execução orçamentária na função habitação em relação a todo o orçamento municipal, por extratos de municípios (2005-2009)



Fonte: Elaboração Própria. Fonte Primária: Execução Orçamentária dos Municípios – FINBRA, divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/Ministério da Fazenda).

A abordagem das condições institucionais e administrativas da política de habitação em Santa Catarina procurou trazer como perspectiva a necessidade de se enfrentar os desafios colocados pela nova Política Nacional de Habitação instituída pelo Governo Federal em 2003. Assim, o desafio encontra-se na necessidade de se planejar estruturas próprias das Prefeituras e do Governo do Estado para formulação, implementação,

gestão e execução da política habitacional local, em cooperação com outras políticas setoriais e, principalmente, com a política de desenvolvimento urbano. Essas estruturas deverão estar preparadas para a implementação de programas e ações habitacionais, as quais não se resumem somente à produção habitacional, devendo estar articuladas à urbanização de assentamentos precários e às ações de desenvolvimento da estrutura institucional e readequação dos marcos legais e normativos. O fundo e o conselho de habitação tem um papel de grande importância nesse cenário, centralizando as fontes de recursos, que devem ter um caráter permanente para a sustentabilidade da política, com a garantia da gestão e controle social dos investimentos. Aos atores sociais deverão ser garantidas estratégias para o desenvolvimento de novos agentes promotores da produção social da moradia e de serviços de assistência técnica e capacitação.

No Governo Estadual, destaca-se a Lei Complementar Estadual nº 381, de 07 de maio de 2007 que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública do Estado de Santa Catarina. No texto legal, formalmente, a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação é o órgão responsável pela política habitacional em Santa Catarina. Porém, na prática, verifica-se que a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC é o órgão que operacionaliza a política e, também, realiza a gestão e planejamento das ações na área habitacional.

Na estrutura de fundos e conselhos de habitação, o governo do estado conta com o Fundo de Habitação Popular – FUNDHAB, instituído em 2008 pela Lei Complementar Nº 422, de 25 de agosto de 2008 e regulamentado pelo Decreto Nº 2.442, de 9 de julho de 2009, sendo que para a gestão dos recursos do Fundo foi criado seu conselho gestor. Porém, até o momento, não vem sendo destinados recursos financeiros para o FUNDHAB. Na estrutura de conselhos e fundos, ainda podemos destacar o Conselho Estadual das Cidades, do qual faz parte a COHAB/SC, sendo que o Conselho conta com uma Câmara Técnica de Habitação.

Em interface com a política habitacional, podemos destacar alguns órgãos dentro da estrutura estadual: a Secretaria de Estado de Planejamento tem funções específicas relacionadas à política regional e urbana; a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, sociedade de economia mista responsável pela execução da política estadual de saneamento básico, devendo-se frisar que esta não atua em assentamentos precários; a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, que é uma sociedade de economia mista, controladora de empresas concessionárias de serviços de geração e distribuição de energia elétrica.

Uma importante estrutura institucional do estado de Santa Catarina em interface com a política habitacional são as Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDR. Quanto à competência de execução de programas e ações governamentais, as SDRs não atuam na implementação de programas habitacionais, restringindo-se, nessa área, ao apoio às necessidades e demandas habitacionais e urbanas dos municípios de sua região de abrangência.

Por fim, deve-se apontar o papel das Associações de Municípios no estado, surgidas no início dos anos 1960 e que no ano de 1980 fundaram a Federação Catarinense de Municípios – FECAM. Hoje existem cerca

de 20 Associações de Municípios no estado, prestando diversos serviços de capacitação e assessoria para as prefeituras, em que serviços na área habitacional podem ter maior oferta, principalmente considerando-se a realidade dos pequenos municípios, que tem pouca estrutura na área. Deve-se salientar o trabalho da FECAM e algumas associações de municípios concentra-se atualmente na prestação de serviços para elaboração de planos locais de habitação de algumas prefeituras do estado.

Figura 1.1. Quadro dos atores da política estadual de habitação de Santa Catarina

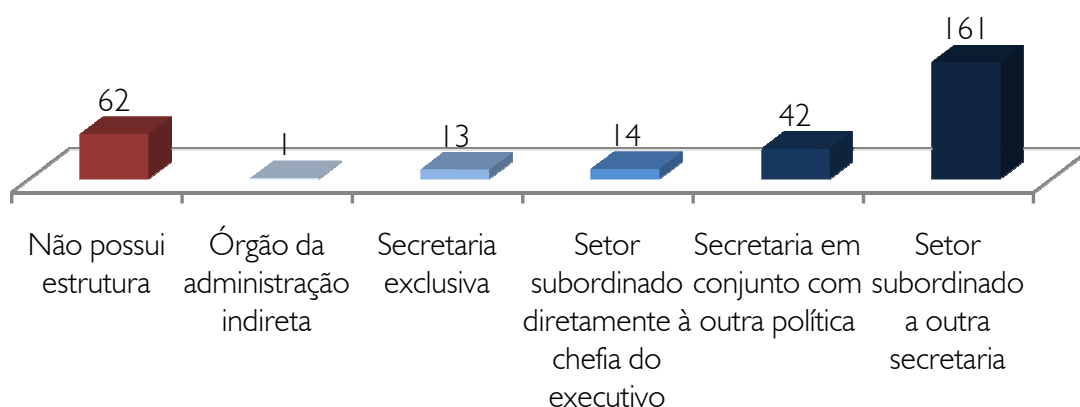


Fonte: elaboração própria, Demacamp 2011.

22.

Para a compreensão das principais características da organização institucional da política habitacional no nível municipal em Santa Catarina, trabalhamos com os dados disponíveis na Pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros – MUNIC, do IBGE. Primeiramente, as informações sobre a estruturação de um órgão gestor da habitação no município mostra que a grande maioria dos municípios de Santa Catarina coloca a política de habitação subordinada a outra secretaria, cerca de 55% dos municípios do estado em 2009. Como se constatou na realização da rodada de oficinas regionais, as secretarias gestoras da política de assistência social acabam por serem as responsáveis pela política de habitação. Destaca-se, também, que 21 % das prefeituras do estado informaram não ter uma estrutura para gestão da habitação no município.

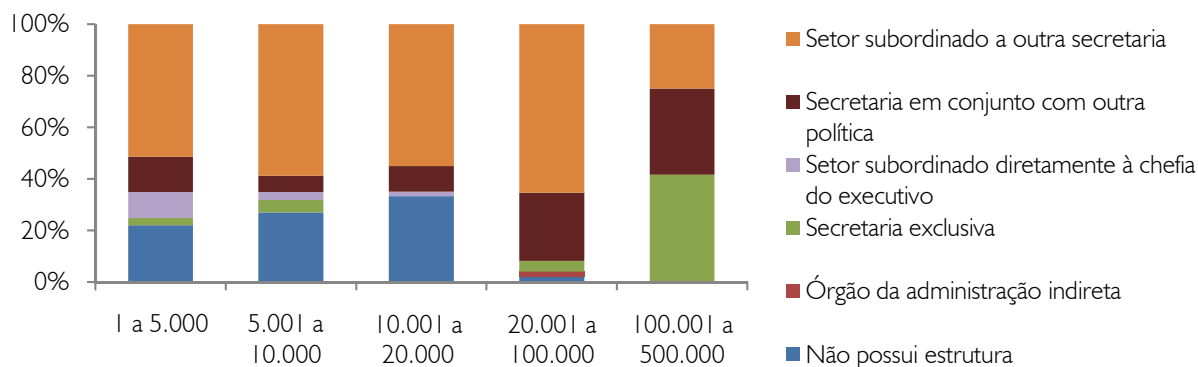
Gráfico 1.17 - Caracterização do Órgão Gestor da Habitação no Município – Prefeituras de Santa Catarina, 2009



Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – 2009.

Quando observamos a predominância dessas estruturas do órgão gestor da habitação pelo porte de municípios no estado, verificamos que a ausência de órgão concentra-se majoritariamente nos municípios com população até 20 mil habitantes. As prefeituras com setor subordinando a outra secretaria predominam até os municípios com 100.000 habitantes. A existência de secretaria exclusiva tem maior presença nos municípios de maior porte, principalmente acima de 100 mil habitantes.

Gráfico 1.18 - Porte populacional e caracterização do órgão de habitação – percentual por porte populacional – Prefeituras de Santa Catarina (2009)



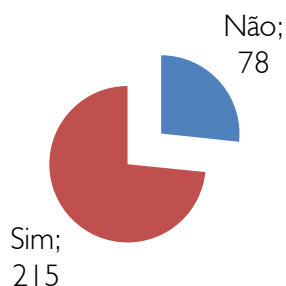
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Perfil dos Municípios Brasileiros – 2009.

Portanto, constata-se que a política habitacional está centrada, nos pequenos municípios, em estruturas subordinadas as outras políticas, principalmente à assistência social. Como se verificou nas oficinas regionais há pouca prioridade para a habitação, não permitindo a estruturação de um setor que seja responsável por essa política. Na verdade, nos parece que há uma divisão entre as tarefas dessas secretarias com a habitação, necessitando-se de uma maior prioridade. Por outro lado, constatamos que nos municípios de maior porte, estruturam-se secretarias já direcionadas para a política de habitação, demandando o aprimoramento da ação já existente.

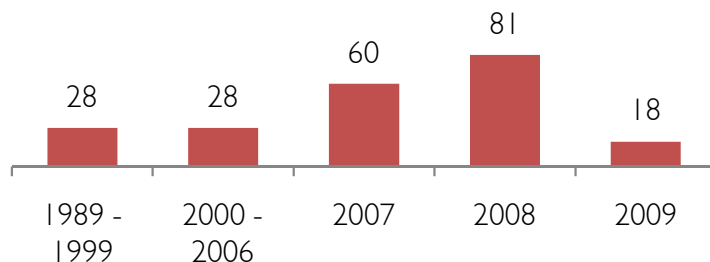
A existência do conselho municipal de habitação está presente na maioria dos municípios catarinenses. A data de criação desses conselhos demonstra que as exigências do SNHIS, a partir de 2006, surtiram efeito, visto que a maioria dos conselhos foi criada a partir de 2007. Mesmo assim, nem todos os conselhos são atuantes, visto que 35% destes não realizaram reuniões nos últimos 12 meses quando da realização da pesquisa (2008). Verifica-se que o maior nível de atuação dos conselhos está nos municípios de maior porte. A característica desses conselhos apresenta uma questão interessante, em que o caráter deliberativo é aquele de maior presença nos conselhos do estado, sendo que a base de dados mostra que somente 11 municípios tinham conselho municipal de habitação apenas de caráter consultivo.

Gráfico 1.19 - Conselho Municipal de Habitação – Prefeituras de Santa Catarina, 2009

Possui Conselho?



Ano de criação:



Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – 2009.

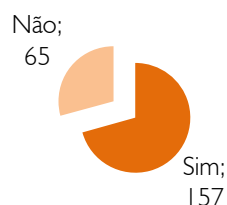
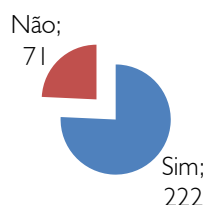
Sobre a existência de fundo municipal de habitação, a maioria dos municípios do estado informou ter o instrumento. Também se mostra curioso que a maioria dos municípios que tem o fundo de habitação informou que esse fundo reúne os recursos orçamentários para a habitação. O maior número de municípios que não tem fundo de habitação encontra-se naqueles com população até 5.000 habitantes.

Gráficos 1.20 - Existência e caráter do Fundo Municipal de Habitação – Prefeituras de Santa Catarina, 2009

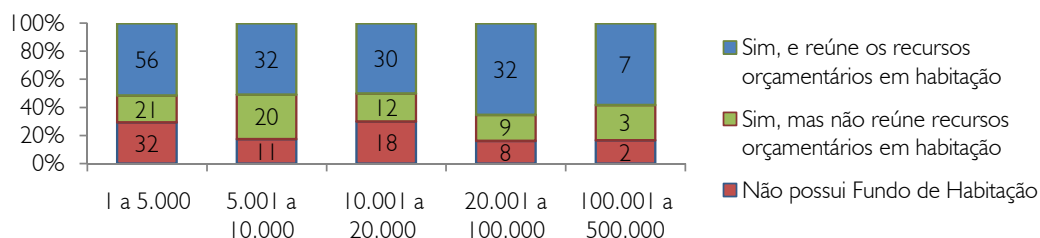
24.

Existência de Fundo Municipal de Habitação:

Fundo reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas habitacionais:



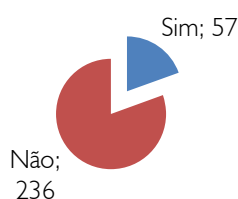
Caráter do Fundo Municipal de Habitação:



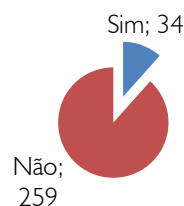
Uma informação importante da MUNIC refere-se à ação específica em regularização fundiária, tema que apareceu fortemente nas oficinas regionais de diagnóstico. A grande maioria dos municípios de Santa Catarina afirmou não ter uma legislação específica sobre regularização fundiária e nem ter plano ou programa específico para a regularização.

Gráficos 1.21 - Existência de legislação e Plano/Programa de Regularização Fundiária – Prefeituras de Santa Catarina, 2008

O município possui legislação específica que dispõe sobre regularização fundiária:



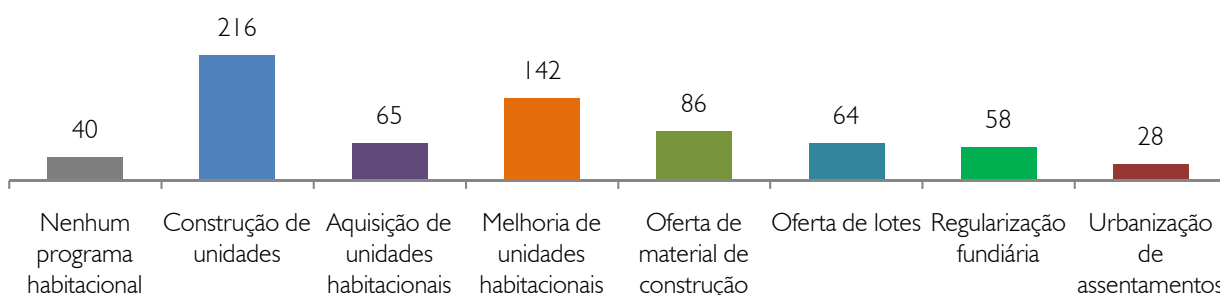
O município possui plano e/ou programa específico de regularização fundiária:



Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – 2008.

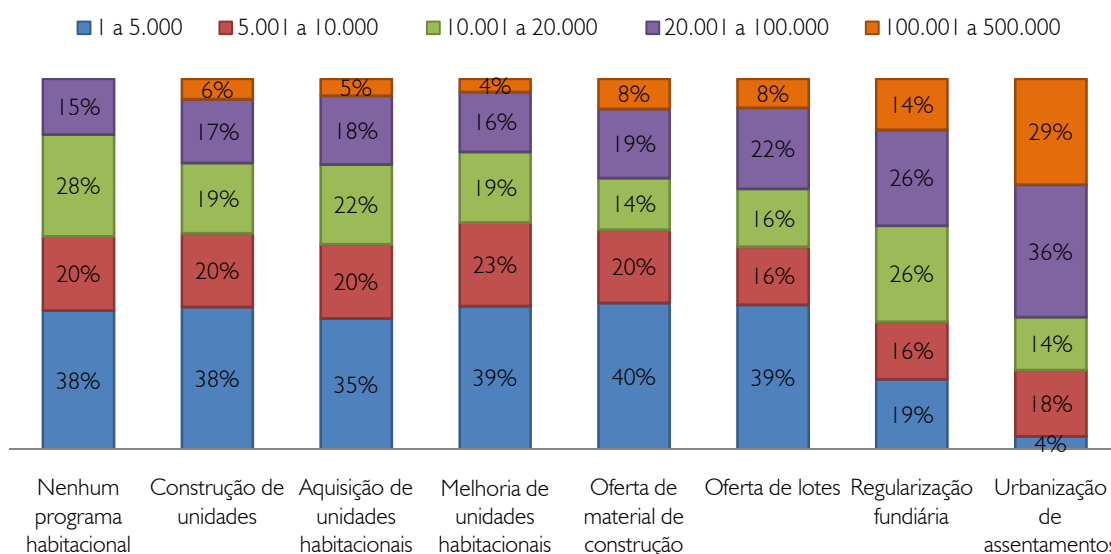
Por fim, sobre os programas habitacionais ofertados pelas prefeituras em Santa Catarina, o maior programa desenvolvido é o de construção de unidades habitacionais (216 dos 293 municípios oferecem esse programa) seguido pela melhoria de unidades (142 municípios) e oferta de material de construção (86 municípios). Destaca-se que 40 municípios afirmaram não oferecer programas habitacionais e somente 28 municípios desenvolvem programa de urbanização de assentamentos precários. O que permite apontar para a necessidade de se estruturar programas estaduais de habitação que possam prover soluções habitacionais não atendidas por aqueles ofertados atualmente.

Gráfico 1.22 - Programas Habitacionais realizados nos anos de 2007 e 2008, Municípios de Santa Catarina



Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - 2008

Gráfico 1.23 - Programas Habitacionais realizados nos anos de 2007 e 2008, por porte de municípios, Santa Catarina (%)



Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – 2008.

Ao final da elaboração do diagnóstico habitacional do estado de Santa Catarina algumas questões foram alçadas para discussão e orientação na formulação das propostas das estratégias de ação do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social:

26.

- Atuação diferenciada do Governo do Estado conforme a diversidade da problemática habitacional:
 - problemas mais complexos dos grandes municípios (principalmente déficit absoluto e favelas e assemelhados);
 - municípios médios em crescimento (principalmente o déficit relativo e os loteamentos irregulares e clandestinos);
 - pequenos municípios (déficit relativo e qualitativo);
 - déficit rural;
 - inadequação habitacional (principalmente a questão da irregularidade fundiária – elevação do preço da terra).
- Produção e sistematização de informações cada vez mais qualificadas sobre a questão habitacional e urbana no estado:
 - Diagnósticos dos PLHIS finalizados – o que fazer agora?
 - Sistema de Informações do Estado – como estruturar?
 - Atualização constante das informações produzidas – como comprometer os municípios e atores?

- Demanda Demográfica Futura (2011-2023): cerca de 43 mil unidades/ano:
 - Qual será o pacto entre os entes federativos (União, Estado e Municípios) e sociedade civil (iniciativa privada, cooperativas etc.)? Qual o compromisso e papel de cada um para atender a demanda futura por moradia?
 - Importância da produção social da moradia no estado (cooperativas, sindicatos, associações etc.): qual será o apoio institucional para esses atores?
- Pequenos e médios municípios: como fazer para que os recursos cheguem até esses entes?
 - Adequação das modalidades de atendimento, operacionalização dos recursos e desenvolvimento institucional.
- Aumento dos recursos orçamentários próprios do Estado e dos Municípios a serem investidos em habitação:
 - Habitação como prioridade no orçamento público;
 - Instrumentos de financiamento das cidades (Estatuto da Cidade, atualização de cadastros, planta de valores etc.)
 - Como estruturar um programa habitacional para comunidades tradicionais?
- Criar e/ou estruturar órgãos com atribuição específica de planejar, formular, implementar, gerir e executar a política habitacional:
 - Estado: qual instância e quais competências?
 - Municípios de maior porte: fortalecimentos das estruturas existentes.
 - Municípios de menor porte: qual desenho institucional? Instâncias regionais?
- Qualificação dos fundos e conselhos.
- Importância das condicionantes institucionais para o acesso aos recursos de outras esferas de governo.
- Diversificação dos programas e soluções habitacionais ofertados. Destaque para a necessidade de planos/programas de regularização fundiária.

Portanto, partindo das linhas gerais do diagnóstico e das questões orientadoras elaboradas, no presente produto apresentamos as propostas para a definição das estratégias de ação do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social. Trata-se das propostas para debate acerca das diretrizes e objetivos, dos eixos estratégicos a serem implementados para consecução dos objetivos, e das linhas programáticas e programas a serem implementados no horizonte temporal do Plano. A proposta do plano foi resultado de um extenso processo participativo de discussão. Na etapa de diagnóstico, foram realizadas reuniões com o Grupo de Trabalho Interinstitucional (formado por representantes de órgãos do Governo do Estado e da sociedade civil), Oficinas Regionais nas 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional e três Seminários Temáticos sobre questões estratégicas do Plano (Ação Habitacional no estado, Áreas de Risco e Desenvolvimento Institucional). Na etapa das estratégias de ação, foram realizadas também reuniões com o Grupo de Trabalho

Interinstitucional, uma nova rodada de oficinas regionais e a promoção do Fórum Estadual de Habitação para validação do PCHIS.

Assim, espera-se que as propostas do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social constituam um repertório comum às entidades do Poder Público e da Sociedade Civil catarinense, constituindo-o como um instrumento técnico de planejamento que definirá as linhas de ação da política estadual de habitação até o ano de 2023, cabendo às forças sociais locais o engajamento para sua implementação.

2. Diretrizes e Objetivos do Plano Catarinense da Habitação de Interesse Social – PCHIS

O Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social – PCHIS tem como horizonte de planejamento o período 2011-2023 e com as seguintes **diretrizes**:

- I. Promover a garantia do direito de moradia digna e cidades sustentáveis para todos os cidadãos do estado de Santa Catarina, em especial para as famílias de baixa renda, respeitando as particularidades culturais e territoriais de cada região e preservando a qualidade do meio ambiente.
2. Fortalecer o Sistema Estadual de Habitação em consonância com o Sistema Nacional de Habitação e de modo a apoiar a consolidação dos Sistemas Municipais de Habitação

A partir desta diretriz principal, as seguintes **diretrizes específicas** balizarão a implementação do PCHIS:

- I. Promover o cumprimento da função social da propriedade;
- II. Diversificar as modalidades de acesso à moradia, tanto nos produtos quanto nas formas de comercialização;
- III. Atuar de forma integrada com as políticas habitacionais dos municípios, visando à distribuição equilibrada da população no território catarinense;
- IV. Promover assistência técnica e jurídica para a comunidade de baixa renda de ocupações irregulares, visando à regularização da ocupação;
- V. Buscar atender o conceito de moradia digna oferecendo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais;
- VI. Ampliar as parcerias com setores públicos e privados para viabilizar a oferta de habitações populares com a incorporação de novas tecnologias e formas de produção de moradia.
- VII. Integrar a política estadual de habitação com as demais políticas públicas, municipal e federal com ênfase nas de desenvolvimento social e econômico, de desenvolvimento urbano, de mobilidade e de proteção ao meio ambiente;
- VIII. Buscar a integração com os diversos níveis de governo para atingir a racionalidade na aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros, utilizados na resolução das questões habitacionais;

- IX. Estabelecer canais permanentes de participação das comunidades e da sociedade organizada na formulação, implementação e no controle da aplicação dos recursos da política habitacional e nos seus programas específicos;
- X. Buscar a auto-suficiência dos programas habitacionais, propiciando o retorno dos recursos aplicados, respeitadas as condições socioeconômicas das famílias beneficiadas;
- XI. Adotar mecanismos de acompanhamento e indicadores para avaliação das políticas, planos e programas implantados no setor habitacional;
- XII. Adequar e reformular o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social às diretrizes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Considerando tais diretrizes e os aspectos estratégicos do diagnóstico da situação habitacional de Santa Catarina, são propostos os seguintes **objetivos específicos**:

30.

OBJETIVO I	Ampliar a oferta de soluções habitacionais de forma a atender as diversas dimensões das necessidades habitacionais em Santa Catarina
OBJETIVO II	Ampliar a aplicação de recursos orçamentários próprios do Estado e dos Municípios a serem aplicados na Política de Habitação
OBJETIVO III	Promover o controle social e a participação social em todos os níveis da Política Estadual de Habitação
OBJETIVO IV	Fortalecer a capacidade administrativa do Governo do Estado na coordenação da Política Estadual de Habitação e induzir e apoiar o desenvolvimento institucional da Política de Habitação nos municípios catarinenses
OBJETIVO V	Induzir os municípios catarinenses a aplicar os instrumentos do Estatuto da Cidade para promover o acesso à terra urbanizada

3 . E s t r a t é g i a s

Em um processo de planejamento, como o pretendido com a elaboração Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social, os objetivos representam a situação a ser perseguida pelo plano, ou seja, um patamar de chegada. As estratégias são, por sua vez, os meios de que se vão lançar mão para atingir aqueles objetivos previamente traçados. Nas palavras de Buarque (2005), “a estratégia é um conjunto selecionado de ações convergentes e articuladas capazes de transformar a realidade, de modo a construir o futuro desejado e, portanto, viabilizar os objetivos definidos pela sociedade”. O papel da estratégia é indicar onde devem ser concentradas as ações, de modo a indicar o caminho geral a ser seguido e organizar a sociedade em torno dessa direção, refletindo um tratamento agregado da realidade. Ela indica também ações que não são fins ou valores em si mesmos na política habitacional, mas constituem meios eficazes para atingi-los.

Para a definição das estratégias do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social, seguiremos as definições dos eixos estratégicos postos pelo Plano Nacional de Habitação – PlanHab, de modo a alinhar o planejamento das ações estaduais de acordo com a perspectiva de planejamento no nível federal, mas sem desconsiderar as especificidades do contexto catarinense. Assim, são propostos os seguintes eixos estratégicos:

EIXO Financiamento e Subsídio	Ampliar recursos próprios do Estado e dos Municípios a serem investidos na Política de Habitação Ampliar a captação de recursos não onerosos em outras esferas de governo Identificar os grupos de atendimento e a capacidade de retorno financeiro das famílias Criar formas de garantia de financiamento ao morador com renda de até 3 salários mínimos (fundo garantidor ou de aval) Criar subsídio locacional Aprimorar a concessão de subsídio à família Verificar formas de parceria com o poder público para que o Programa Minha Casa, Minha Vida atenda as faixas de menor renda nos municípios
EIXO Arranjos Institucionais	Fortalecer as estruturas de habitação e planejamento do Estado e dos Municípios para a implementação da Política de Habitação Garantir o controle social e fortalecer as esferas de participação – Conselho Estadual e municipais Fortalecer o Fundo Estadual, tanto na gestão quanto no aporte de recursos não onerosos Criar e apoiar sistemas de informação, monitoramento e avaliação Criar cadastro único para atendimento da demanda Remodelar a estrutura de gestão da Política Estadual de Habitação
EIXO Urbano e Fundiário	Induzir os municípios a aplicar os instrumentos de regulação de uso e ocupação de solo e os do Estatuto das Cidades, onde couber Definir e apoiar procedimentos de regularização fundiária e de áreas de risco Buscar formas de ampliar o acesso a terra urbanizada e com infraestrutura Buscar formas de criar um banco de terras públicas, inclusive revendo destinação de imóveis públicos
EIXO Cadeia Produtiva da Construção Civil	Utilizar tecnologias adequadas a cada região do estado Certificar o uso da madeira como tecnologia para produção de habitação Desenvolver pesquisas para aumentar a qualidade da produção habitacional Incentivar a produção de novas tipologias adequadas à demanda Incentivar pequenos produtores e construtores Incentivar as cooperativas e associações (produção social da moradia) Incentivar processos autogestionários Realizar capacitação de profissionais que compõem a cadeia produtiva da construção civil

4. Estimativas de Custos de Atendimento Habitacional

O diagnóstico das necessidades habitacionais de Santa Catarina permitiu a mensuração e delineamento das principais questões envolvendo questão habitacional no estado. Para além desse diagnóstico, a elaboração do PCHIS, com suas estratégias de ação, exige o cálculo dos custos para o atendimento dessas necessidades habitacionais. Esse cálculo de custos tem o papel metodológico de apresentar o montante necessário de investimentos para o enfrentamento do problema habitacional no horizonte de planejamento definido (no caso, até o ano de 2023), apontando para o viés estratégico de se elaborar mecanismos de mobilização de recursos e de definição de fontes estáveis de investimento e financiamento para a política habitacional do estado e dos municípios catarinenses.

Portanto, o atendimento às necessidades habitacionais, presentes e futuras, implica custos que serão estimados para explicitar parâmetros que apontem a necessidade de definição de fontes perenes de recursos a serem mobilizados para o equacionamento dessas mesmas necessidades. Neste capítulo foram estimados custos médios para produção habitacional, urbanização de assentamentos precários e melhorias habitacionais, que deverão ser mobilizados no período de planejamento do PCHIS. Evidentemente que se trata de um cálculo médio, que tem o objetivo de balizar estratégias de ação para a mobilização de recursos, os quais poderão provir de diversas fontes de investimento.

Preliminarmente, para a definição dos custos de atendimentos das necessidades habitacionais, foram adotados valores de referência para as diversas formas de atendimento. Tomou-se como pressuposto a garantia da diversidade do atendimento habitacional. Os valores médios adotados referem-se àqueles que são disponibilizados em programas habitacionais ofertados pelo Governo Federal, atualmente.

Assim, foram adotados os seguintes parâmetros para o cálculo das estimativas de atendimento das necessidades habitacionais de Santa Catarina:

Quadro 4.1. – Parâmetros de custos de atendimento habitacional

Parâmetro	Custo Unitário	Fonte
Produção de Unidade Habitacional Urbana	R\$ 55.000	Programa Nacional de Habitação Urbana (Minha Casa, Minha Vida)
Produção de Unidade Habitacional Rural	R\$ 25.000	Programa Nacional de Habitação Rural (Minha Casa, Minha Vida)
Urbanização de Assentamentos Precários	R\$ 13.000	Programa de Aceleração do Crescimento
Regularização Fundiária	R\$ 300	
Melhoria, Reforma e Ampliação de Domicílios	R\$ 5.000	FGTS (Desconto para pessoas físicas)

O próximo passo metodológico foi tomar o quadro resumo das necessidades habitacionais de Santa Catarina, cuja elaboração foi detalhada na etapa de diagnóstico. O quadro está resumido abaixo:

Quadro 4.2 - Dados consolidados das necessidades habitacionais de Santa Catarina para cálculo dos custos de atendimento habitacional

Déficit Habitacional (2010)	Em assentamentos precários	13.652
	Fora de assentamentos precários	136.764
	TOTAL – déficit habitacional	150.416
Inadequação dos Domicílios (2010)	Domicílios em assentamentos precários	77.359
	Inadequação fundiária	118.749
	Adensamento Excessivo	15.833
	Cobertura Inadequada	11.875
	Domicílios sem banheiro	19.792
Demanda Demográfica Futura Prioritária (2011-2023)	0 a 3 salários mínimos	299.830
	3 a 5 salários mínimos	221.558
	TOTAL - 0 a 5 salários mínimos	521.389

Fonte: elaboração própria a partir de dados secundários explicitados no texto.

Calculou-se, então, o custo de atendimento das referidas necessidades habitacionais a partir da aplicação dos custos unitários, apresentados acima, às necessidades específicas. O quadro abaixo apresenta os detalhes desse cálculo:

Quadro 4.3 – Memória de cálculo das estimativas de custos de atendimento das necessidades habitacionais

34.

Déficit Habitacional 2010		
Urbano (70%)	Custo (MCMV - PNHU)	Subtotal (a)
105.291	R\$ 55.000	R\$ 5.791.005.000
Rural (30%)	Custo (MCMV - PNHR)	Subtotal (b)
45.125	R\$ 25.000	R\$ 1.128.125.000
TOTAL (a+b)		R\$ 6.919.130.000
Demanda Demográfica Futura - 0 a 3 s.m. (2011-2023)		
Urbano (90%)	Custo (MCMV - PNHU)	Subtotal (c)
269.847	R\$ 55.000	R\$ 14.841.585.000
Rural (10%)	Custo (MCMV - PNHR)	Subtotal (d)
29.983	R\$ 25.000	R\$ 749.575.000
TOTAL (c+d)		R\$ 15.591.160.000
Inadequação dos Domicílios em Assentamentos Precários		
Urbanização Simples	Custo (UAS-FNHIS)	Subtotal (e)
13.787	R\$ 7.500	R\$ 103.402.500
Urbanização Complexa	Custo (UAS-FNHIS)	Subtotal (f)
63.572	R\$ 13.000	R\$ 826.436.000
TOTAL (e+f)		R\$ 929.838.500
Regularização Fundiária		
Inadequação fundiária	Custo (LIAS-FNHIS)	TOTAL
Melhoria, Reforma e Ampliação de Domicílios		
Adensamento Excessivo	Custo (desconto FGTS)	Subtotal (g)
15.833	R\$ 5.000	R\$ 79.165.000
Cobertura Inadequada	Custo (desconto FGTS)	Subtotal (h)
11.875	R\$ 5.000	R\$ 59.375.000
Domicílios sem banheiro	Custo (desconto FGTS)	Subtotal (i)
19.792	R\$ 5.000	R\$ 98.960.000
TOTAL (g+h+i)		R\$ 237.500.000
TOTAL PCHIS		R\$ 23.713.253.200

Portanto, para atendimento ao déficit habitacional atual, temos um custo estimado de R\$ 6,92 bilhões; para o atendimento à demanda demográfica futura, na faixa de 0 a 3 s.m. entre 2011 e 2023, o custo estimado é de R\$ 15,59 bilhões; já o atendimento da inadequação habitacional em assentamentos precários tem o custo aproximado de R\$ 103,4 milhões para urbanização simples e R\$ 826,4 milhões para urbanização complexa; para a regularização fundiária, o custo calculado foi de R\$ 35,2 milhões; e para as necessidades de melhoria habitacional, cerca de R\$ 237,5 milhões. O custo total estimado de atendimento às necessidades habitacionais do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social totaliza, até 2023, o montante de R\$ 23,71 bilhões.

Deve-se destacar que essa estimativa de custos servirá de base para as propostas de metas financeiras para os programas habitacionais a serem desenvolvidos no âmbito do PCHIS, conforme será detalhado na próxima sessão; além disso, esse montante refere-se ao total de valor a ser aplicado pelos entes públicos, seguindo-se uma proposta de responsabilidades de cada ente federativo pelos investimentos a serem aportados nas respectivas metas de investimento.

5 . Linhas Programáticas e Programas

A proposta para a formulação dos Programas para Atendimento Habitacional no Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social (PCHIS) está estruturada em Linhas Programáticas, Programas e Subprogramas, que buscam responder às demandas detectadas no diagnóstico habitacional realizado, visando complementar e integrar os programas e financiamentos existentes, utilizando recursos públicos, em seus diferentes níveis federativos.

Neste capítulo, descrevemos algumas propostas de Programas a serem ofertados pelo Governo do Estado no horizonte do Plano. Evidentemente que existem perspectivas de estruturação dos programas no curto, médio e longo prazo, de acordo com as condições institucionais verificadas no atual panorama da política estadual e, também, nacional de habitação. Assim, ao final do texto indicamos linhas de financiamentos federais que podem ser utilizados paralelamente ou complementarmente aos programas propostos, e as ações do Governo do Estado em investimento em habitação em Santa Catarina.

Desta forma, propõem-se seis **Linhas Programáticas** a serem desenvolvidas com os respectivos **Programas**:

1. Linha Programática **Urbanização de Assentamentos Precários e Informais** composta por três Programas;
2. Linha Programática **Produção e Aquisição da Habitação** composta por quatro Programas;
3. Linha Programática **Melhoria Habitacional** composta por dois Programas;
4. Linha Programática **Assistência Técnica Habitacional**;
5. Linha Programática **Ações Integradas em Projetos Estratégicos**;
6. Linha Programática **Desenvolvimento Institucional da Política de Desenvolvimento Urbano e Habitacional** composta por dois Programas.

Assim, o quadro a seguir apresenta as propostas de Linhas Programáticas, Programas e Subprogramas a serem implementados no horizonte de planejamento do PCHIS.

Quadro 5.1 – Proposta de Linhas Programáticas, Programas e Subprogramas do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social

LINHAS PROGRAMÁTICAS	PROGRAMAS	SUBPROGRAMAS
1. URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E INFORMAIS	REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA – CRIANDO BAIRROS	Subprograma de Urbanização de Assentamentos Precários
		Subprograma de Complementação de Infraestrutura Urbana e Apoio à Titulação – Prioridade aos Municípios com Menos de 50 mil Habitantes
		Subprograma de Apoio à Regularização Fundiária de Assentamentos Precários em Terrenos Públicos ou Privados
		Subprograma de Erradicação de Risco em Assentamentos Precários
2. PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DA HABITAÇÃO	PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DA HABITAÇÃO	Subprograma de Ampliação da Oferta de Terra Urbanizada
		Subprograma de Apoio à Aquisição de Unidades Habitacionais Existentes
		Subprograma de Produção de Unidades Novas
		Subprograma de Locação Social e Oferta de Auxílio Aluguel Bolsa aluguel
3. MELHORIA HABITACIONAL	REFORMA, RECUPERAÇÃO E READEQUAÇÃO DE MORADIAS URBANAS E RURAIS	
4. ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL	ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL	
5. AÇÕES INTEGRADAS EM PROJETOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES INTEGRADAS EM PROJETOS ESTRATÉGICOS	
6. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS	Subprograma de Implementação da Política Urbana Municipal
		Subprograma de Implementação da Política de Prevenção e Erradicação de Risco
		Subprograma de Apoio à Implementação dos Planos Municipais de Habitação
	PROGRAMA DE FOMENTO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL	

Fonte: Elaboração própria (Demacamp 2011)

As linhas devem oferecer subsídio escalonado e diferenciado de acordo com a renda familiar e os valores devem ser diferenciados por programa de acordo com o porte da cidade.

Os programas deverão levar em conta, na formulação da estratégia de acesso, as dificuldades financeiras e creditícias da população, tanto de baixíssima renda como inseridas no mercado de trabalho informal.

Linha Programática 1

URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E INFORMAIS

Tem como objetivo dar suporte e viabilizar financeiramente a ação dos municípios na melhoria das condições de urbanização e regularização das áreas ocupadas precariamente, com especial atenção a resolução de problemas de risco urbanos e ambientais. Também é importante articular a ação com a gestão do saneamento ambiental, acesso à água e o afastamento dos esgotos e regularização fundiária dos assentamentos.

Busca-se reforçar e concretizar o importante papel do governo estadual na política urbana, ambiental e de saneamento reconhecendo as bacias hidrográficas e sub-bacias, como unidade territorial estratégica de intervenção, onde a população vive em condições de moradia e urbanização precárias, configurando uma das causas da deterioração ambiental. **Os programas deverão ser direcionados preferencialmente aos municípios de menor porte que não conseguem acessar os recursos federais (PAC urbanização) para reurbanização.**

Com o objetivo de atender essas situações propõe-se a criação do **Programa de Regularização Urbanística e Fundiária – Criando Bairros**, composto por **quatro Sub Programas**:

1. Subprograma de Urbanização de Assentamentos Precários;
2. Subprograma de Complementação de Infraestrutura Urbana e Apoio à Titulação – Prioridade aos Municípios com Menos de 50 mil Habitantes;
3. Subprograma de Apoio à Regularização Fundiária de Assentamentos Precários em Terrenos Públicos ou Privados; e
4. Subprograma de Erradicação de Risco em Assentamentos Precários.

1.1. PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA – CRIANDO BAIRROS

O Programa se destina a atender a inadequação relacionada especialmente a carência de infraestrutura básica nos assentamentos precários, pois é primordial que as obras necessárias para a readequação urbanística e ambiental sejam realizadas antes da regularização jurídica assegurando condições dignas de moradia. Estas obras buscam garantir a inserção destes assentamentos na malha urbana provendo serviços básicos de infraestrutura urbana (água, esgoto, energia elétrica, lixo etc.), acessibilidade e adequação das moradias que necessitem de intervenções físicas para melhoria de sua habitabilidade.

38.

A experiência brasileira mostra que há variações grandes entre as precariedades encontradas nos assentamentos. As demandas variam desde procedimentos de regularização jurídica em assentamentos já urbanizados, a complementações de redes e melhorias na acessibilidade, até assentamentos que necessitarão de obras complexas de urbanização para que sejam regularizados.

O programa tem como **objetivos gerais**:

- Apoio aos municípios para execução de projetos e obtenção de recursos para obras de adequação urbana em assentamentos precários em terras urbanas e periurbanas, para complementação da urbanização dos bairros;
- Apoio à incorporação de medidas para flexibilização dos padrões urbanísticos exigidos na legislação, no caso de projetos apoiados pelo Estado;
- Incluir os assentamentos irregulares na cidade formal através da regularização da posse da terra, da ocupação urbana e das edificações;

1.1.1. SUBPROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Objetivos	Específico	Realização de projetos e obras para implementação e complementação de infraestrutura urbana nos assentamentos precários.
Participantes	Agentes	Governo Federal, Governo do Estado (Fundo Estadual de Habitação) e Municípios.
	Financeiros	
	Agente Promotor/Entidade Organizadora	Município, Governo do Estado, Cooperativas, Associações Habitacionais, Sindicatos e afins.
	Outros Participantes	CASAN, CELESC.
Modalidade	Repasse de Recursos	
Itens elegíveis	- levantamento planialtimétrico cadastral - projeto de urbanização - Trabalho social - Assistência técnica - Gerenciamento - Serviços preliminares - Terraplanagem - Terreno (aquisição, desapropriação, avaliação) - Aquisição e edificação da unidade habitacional - Recuperação e melhoria das unidades - Instalações hidráulicas e sanitárias - Indenização de benfeitorias - Alojamento provisório/despesas com aluguel - Abastecimento de água - Pavimentação e obras viárias - Energia elétrica, iluminação pública - Esgotamento sanitário - Drenagem pluvial - Proteção, contenção e estabilização do solo - Recuperação ambiental - Equipamentos comunitários - Regularização Fundiária	
Requisitos	Situação Locacional	Assentamentos precários, favelas.
	Características do Empreendimento	Assentamentos que tenham carência de infraestrutura, água, esgoto, irregularidade com população de até 3 SM.
Contrapartida	Conforme definido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais.	
Fonte de Recursos / Subsídios	Governo Federal: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, Orçamento Geral da União (Plano de Aceleração do Crescimento – PAC). Governo do Estado: Fundhab, Orçamento Estadual. Prefeituras: Fundos Municipais de Habitação, Contrapartida.	
Indicadores de avaliação	Número de áreas urbanizadas (rede de água, esgoto) Aumento da cobertura dos serviços públicos, título de posse emitido, erradicação das situações de risco.	
Recomendações	Seguir prioridades e metas estabelecidas no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) Recomenda-se a revisão da legislação urbanística municipal, com a criação de zonas especiais para habitação de interesse social onde prevalecerão parâmetros urbanísticos e de edificação compatíveis às características da cidade informal, garantindo, entretanto que os bairros, núcleos e edificações regularizáveis alcancem as condições de habitabilidade que as classifiquem como habitações adequadas. As intervenções nos bairros, núcleos e edificações devem ser incorporadas ao cadastro municipal de redes e edificações, de forma a serem incluídos nas rotinas de manutenção urbana e fiscalização do uso e ocupação do solo. Destaque-se sob esse aspecto o papel estratégico da CASAN em relação ao sistema de	

abastecimento e esgotamento e das prefeituras em relação à drenagem, limpeza urbana e coleta de lixo.

Recomenda-se a organização do cadastro social articulado ao CADUNICO.

Recomenda-se que as intervenções sejam acompanhadas de processos formativos e participativos fortalecendo a cidadania e o reconhecimento do território.

Recomenda-se que o Estado canalize seus programas sociais e incentive os municípios a desenvolver, associado ao Programa de urbanização e regularização, a implantação de programas de inclusão social, em que, além do componente habitação, sejam implementados programas de capacitação profissional, geração de emprego e renda, diminuição da ocorrência de violência.

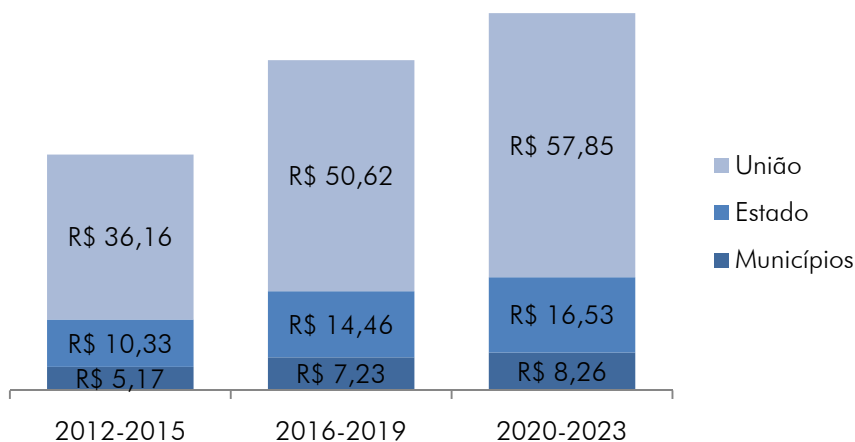
Recomenda-se a gestão, juntos aos órgãos responsáveis, notadamente na esfera federal, para a regularização e urbanização dos terrenos de domínio federal, de marinha, em unidades de conservação e em terras indígenas.

Metas de Investimento e de Atendimento

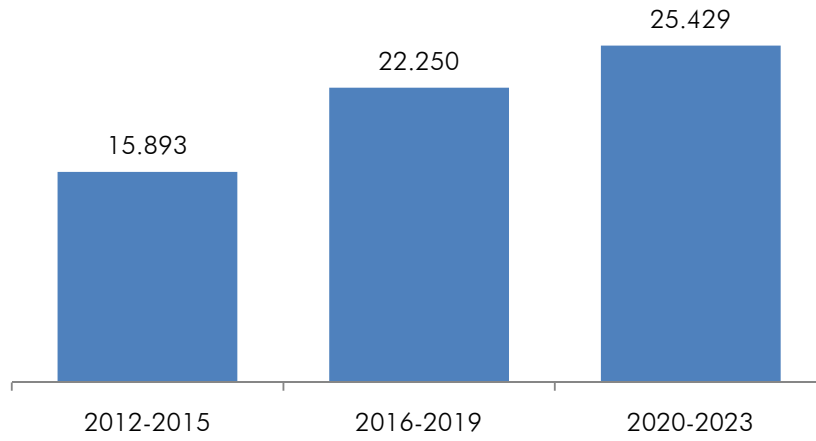
PPA	% de atendimento por PPA	Metas por Esfera de Governo	Municípios	Estado	União	TOTAL
			10%	20%	70%	100%
2012-2015	25%	Unidades	1.589	3.179	11.125	15.893
		R\$ milhões por ano	R\$ 5,17	R\$ 10,33	R\$ 36,16	R\$ 51,65
		R\$ Total Período	R\$ 20,66	R\$ 41,32	R\$ 144,63	R\$ 206,61
2016-2019	35%	Unidades	2.225	4.450	15.575	22.250
		R\$ milhões por ano	R\$ 7,23	R\$ 14,46	R\$ 50,62	R\$ 72,31
		R\$ Total Período	R\$ 28,93	R\$ 57,85	R\$ 202,48	R\$ 289,25
2020-2023	40%	Unidades	2.543	5.086	17.800	25.429
		R\$ milhões por ano	R\$ 8,26	R\$ 16,53	R\$ 57,85	R\$ 82,64
		R\$ Total Período	R\$ 33,06	R\$ 66,11	R\$ 231,40	R\$ 330,57
TOTAL 2011-2023	100%	Unidades	6.357	12.714	44.500	63.572
		Média de R\$ milhões por ano	R\$ 6,89	R\$ 13,77	R\$ 48,21	R\$ 68,87
		R\$ Total Período	R\$ 82,64	R\$ 165,29	R\$ 578,51	R\$ 826,44

40.

R\$ milhões/ano



atendimentos por PPA



1.1.2. SUBPROGRAMA DE COMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA E APOIO À TITULAÇÃO – PRIORIDADE AOS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 50 MIL HABITANTES

Objetivos	Específico	Realização de projetos e obras para implementação e complementação de infraestrutura urbana em loteamentos precários e apoio a titulação.
Participantes	Agentes Financeiros	Governo Federal, Governo do Estado (Fundo Estadual de Habitação) e Municípios.
	Agente Promotor/ Entidade Organizadora	Município, Governo do Estado, Cooperativas, Associações Habitacionais, Sindicatos e afins.
	Outros participantes	CASAN, CELESC.
	Modalidade	Repasse de recurso
	Itens elegíveis	- Levantamento planialtimétrico cadastral - projeto de urbanização - Trabalho social - Assistência técnica - Gerenciamento - Serviços preliminares - Terraplanagem - Indenização de benfeitorias - Abastecimento de água - Pavimentação e obras viárias - Energia elétrica, iluminação pública - Esgotamento sanitário - Drenagem pluvial - Proteção, contenção e estabilização do solo - Recuperação ambiental - Equipamentos comunitários - Regularização Fundiária
Requisitos	Situação locacional	Loteamentos precários em municípios com população de até 50 mil habitantes
	Características do empreendimento	Loteamentos que tenham carência de infraestrutura, água, esgoto, irregularidade com população de até 3 SM.
	Contrapartida	Conforme definido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais.
Fonte de Recursos / Subsídios		Governo Federal: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, Orçamento Geral da União (Plano de Aceleração do Crescimento – PAC). Governo do Estado: Fundhab, Orçamento Estadual. Prefeituras: Fundos Municipais de Habitação, Contrapartida.
	Indicadores de avaliação	Número de áreas urbanizadas (rede de água, esgoto) Aumento da cobertura dos serviços públicos, título de posse emitido, erradicação das situações de risco .
	Recomendações	Seguir prioridades e metas estabelecidas no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) Recomenda-se a revisão da legislação urbanística municipal, parâmetros urbanísticos e de edificação compatíveis às características locais, garantindo, entretanto que os bairros, núcleos e edificações regularizáveis alcancem as condições de habitabilidade que as classifiquem como habitações adequadas. As intervenções nos bairros, núcleos e edificações devem ser incorporadas ao cadastro municipal de redes e edificações, de forma a serem incluídos nas rotinas de manutenção urbana e fiscalização do uso e ocupação do solo. Destaque-se sob esse aspecto o papel estratégico da CASAN em relação ao sistema de abastecimento e esgotamento e das prefeituras em relação à drenagem, limpeza urbana e coleta de lixo.

Recomenda-se a organização do cadastro social articulado ao CADUNICO.

Recomenda-se que as intervenções sejam acompanhadas de processos formativos e participativos fortalecendo a cidadania e o reconhecimento do território.

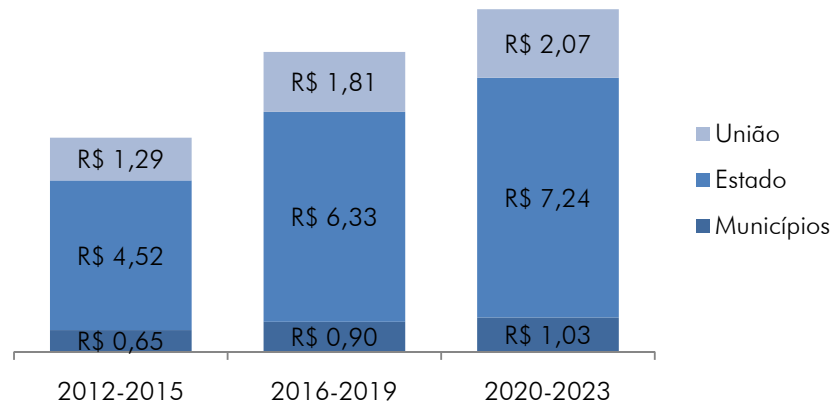
Recomenda-se que o Estado canalize seus programas sociais e incentive os municípios a desenvolver, associado ao Programa de urbanização e regularização, a implantação de programas de inclusão social, em que, além do componente habitação, sejam implementados programas de capacitação profissional, geração de emprego e renda, diminuição da ocorrência de violência.

Recomenda-se a gestão, juntos aos órgãos responsáveis, notadamente na esfera federal, para a regularização e urbanização dos terrenos de domínio federal, de marinha, em unidades de conservação e em terras indígenas.

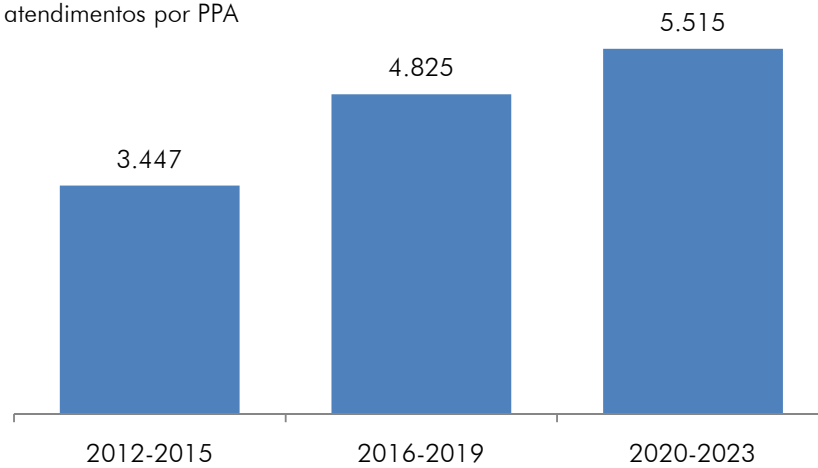
Metas de Investimento e de Atendimento

PPA	% de atendimento por PPA	Metas por Esfera de Governo	Municípios	Estado	União	TOTAL
			10%	70%	20%	100%
2012-2015	25%	Unidades	345	2.413	689	3.447
		R\$ milhões por ano	R\$ 0,65	R\$ 4,52	R\$ 1,29	R\$ 6,46
		R\$ Total Período	R\$ 2,59	R\$ 18,10	R\$ 5,17	R\$ 25,85
2016-2019	35%	Unidades	483	3.378	965	4.825
		R\$ milhões por ano	R\$ 0,90	R\$ 6,33	R\$ 1,81	R\$ 9,05
		R\$ Total Período	R\$ 3,62	R\$ 25,33	R\$ 7,24	R\$ 36,19
2020-2023	40%	Unidades	551	3.860	1.103	5.515
		R\$ milhões por ano	R\$ 1,03	R\$ 7,24	R\$ 2,07	R\$ 10,34
		R\$ Total Período	R\$ 4,14	R\$ 28,95	R\$ 8,27	R\$ 41,36
TOTAL 2011-2023	100%	Unidades	1.379	9.651	2.757	13.787
		Média de R\$ milhões por ano	R\$ 0,86	R\$ 6,03	R\$ 1,72	R\$ 8,62
		R\$ Total Período	R\$ 10,34	R\$ 72,38	R\$ 20,68	R\$ 103,40

R\$ milhões/ano



atendimentos por PPA



**1.1.3. SUBPROGRAMA DE APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE
ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM TERRENOS PÚBLICOS OU PRIVADOS**

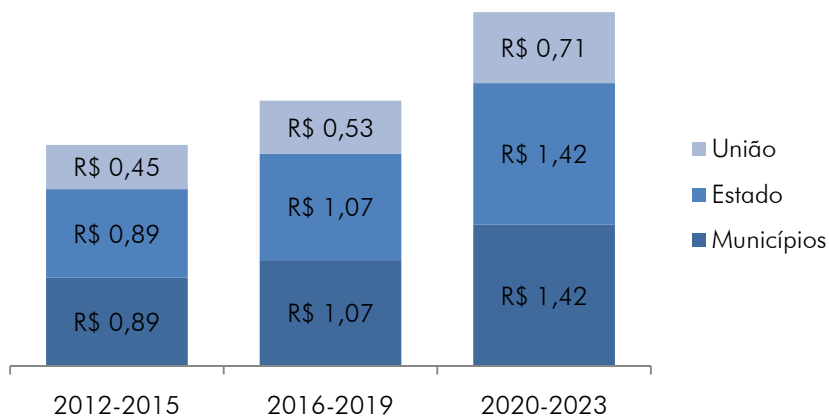
Objetivos	Específico	Promover a regularização da terra, edificações e de sua posse nos conjuntos habitacionais promovidos no passado pelo Estado e Municípios, nos assentamentos precários urbanizados e unidades habitacionais promovida por entidade civil; Titulação e registro (individual ou coletiva) da moradia em conjuntos habitacionais promovidos no passado pelo Estado e Municípios, em assentamentos precários urbanizados e para unidades habitacionais promovida por entidade civil; Titulação e registro de terrenos vazios aptos a serem destinados para a construção de unidades habitacionais de interesse social (públicos e privados)
Participantes	Agentes Financeiros	Governo Federal, Governo do Estado (Fundo Estadual de Habitação) e Municípios.
	Agente Promotor/ Entidade Organizadora	Município, Governo do Estado, Cooperativas, Associações Habitacionais, Sindicatos e afins.
	Outros participantes	CASAN, CELESC.
Modalidade		Repasse de recurso
Itens financiáveis		- Levantamento planialtimétrico cadastral; - Análise de situação de risco geotécnico ou ambiental; - Documentação pessoal; - Elaboração e Aprovação de Projeto de Parcelamento do Solo; - Documentação relacionada ao terreno e edificações; - Assessoria Técnica e Jurídica;
Requisitos	Situação locacional	Assentamentos e loteamentos em condição urbanísticas de regularização
	características do empreendimento	Ser dotado de infra-estrutura urbana adequada Predominância de população de baixa renda
	Contrapartida	Conforme definido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais.
Fonte de Recursos/ Subsídios		Governo Federal: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, Orçamento Geral da União (Plano de Aceleração do Crescimento – PAC). Governo do Estado: Fundhab, Orçamento Estadual. Prefeituras: Fundos Municipais de Habitação, Contrapartida.
Indicadores de avaliação		Aumento do número de escrituras ou concessões registradas Aumento da cobertura de serviços públicos
Recomendações		Seguir prioridades e metas estabelecidas no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) Adequação da legislação municipal para habitação de interesse social. Gestões junto à Corregedoria Geral da Justiça para provimentos visando a agilização dos registros e diminuição dos custos cartoriais nos casos de regularização de interesse social e para avaliar a necessidade de criação de varas especiais em comarcas com grande número de casos de regularização. Nos casos de necessidade de financiamento do terreno e de obras ao beneficiário, recomenda-se a definição de uma carência para o início do pagamento do terreno.

Metas de Investimento e de Atendimento

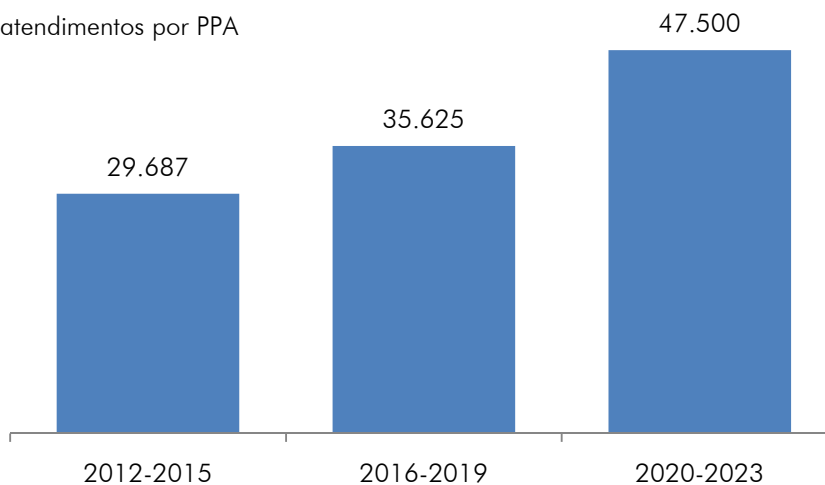
PPA	% de atendimento por PPA	Metas por Esfera de Governo	Municípios	Estado	União	TOTAL
			40%	40%	20%	100%
2012-2015	25%	Unidades	11.875	11.875	5.937	29.687
		R\$ milhões por ano	R\$ 0,89	R\$ 0,89	R\$ 0,45	R\$ 2,23
		R\$ Total Período	R\$ 3,56	R\$ 3,56	R\$ 1,78	R\$ 8,91
2016-2019	30%	Unidades	14.250	14.250	7.125	35.625
		R\$ milhões por ano	R\$ 1,07	R\$ 1,07	R\$ 0,53	R\$ 2,67
		R\$ Total Período	R\$ 4,27	R\$ 4,27	R\$ 2,14	R\$ 10,69
2020-2023	40%	Unidades	19.000	19.000	9.500	47.500
		R\$ milhões por ano	R\$ 1,42	R\$ 1,42	R\$ 0,71	R\$ 3,56
		R\$ Total Período	R\$ 5,70	R\$ 5,70	R\$ 2,85	R\$ 14,25
TOTAL 2011-2023	95%	Unidades	45.125	45.125	22.562	118.749
		Média de R\$ milhões por ano	R\$ 1,13	R\$ 1,13	R\$ 0,56	R\$ 2,97
		R\$ Total Período	R\$ 13,54	R\$ 13,54	R\$ 6,77	R\$ 35,62

R\$ milhões/ano

46.



atendimentos por PPA



1.1.4. SUBPROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DE RISCO EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Objetivos	Específico	Dar apoio à prevenção e erradicação de riscos em Assentamentos Precários promovendo, em articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo, um conjunto de ações estruturais, visando à redução dos riscos de deslizamentos em encostas, inundação (várzeas, margens de rios) de áreas urbanas e rurais dentre outros tipos de risco que não podem ser erradicados, mas mitigados ou reduzidos.
Participantes	Agentes Financeiros	Governo Federal, Governo do Estado (Fundo Estadual de Habitação) e Municípios.
	Agente Promotor/ Entidade Organizadora	Município, Governo do Estado, Cooperativas, Associações Habitacionais, Sindicatos e afins.
	Outros participantes	CASAN, CELESC, Ministério Público, Defesa civil
Modalidade		Repasse de recurso
Itens elegíveis		- Serviços Preliminares - Proteção superficial de taludes - Obras sem estrutura de contenção: retaludamento, desmonte de blocos ou matacões, drenagem do subsolo (profunda), envolvendo poços profundos, drenos verticais de alívio, trincheiras ou galerias drenantes e/ou drenos sub-horizontais profundos (DHPs). - Obras de drenagem de águas pluviais: Canaletas, rápidos, caixas de transição, escadas d'água, com ou sem revestimento; micro reservatórios, sistema de galerias pluviais, retificação e dragagem de cursos d'água. - Obras com estrutura de contenção: solo grampeado, micro estacas, muro de gravidade, muros e cortinas de flexão, terra armada, aterro forçado, cortina atirantadas - Obras de proteção para massas movimentadas: barreiras vegetais e muros de espera - Ações e obras complementares após a contenção - Pavimentação, calçamento, guias, sarjetas e sarjetões, - Acessos para pedestres - Execução de obras complementares vinculadas à segurança do empreendimento. - Ações para viabilização das obras: demolição, serviços de sondagem, remanejamento de interferências, desapropriações, medidas de prevenção e preservação ambiental, captação e disposição de esgoto doméstico - Prever trabalho social junto às famílias beneficiárias, voltado para a educação ambiental, prevenção cotidiana das situações de risco e preparação para emergências.
Requisitos	Situação locacional	Atender a população residente em áreas com alto risco de deslizamentos de encostas, ruptura de taludes ou fenômenos erosivos, dentre outros.
	características do empreendimento	Assentamentos que estejam situados em áreas de risco
	Contrapartida	Conforme definido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais.
	Fonte de Recursos / Subsídios	Governo Federal: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, Orçamento Geral da União (Plano de Aceleração do Crescimento – PAC). Governo do Estado: Fundhab, Orçamento Estadual. Prefeituras: Fundos Municipais de Habitação, Contrapartida.
	Indicadores de avaliação	Número de ocorrências e acidentes.
	Recomendações	Apojar a estruturação administrativa municipal voltada para o

gerenciamento de riscos.

Contemplar medidas não-estruturais de gerenciamento de riscos envolvendo monitoramento, controle, implantação de estados de alerta, difusão de informações e integração com a defesa civil.

Definir as medidas de segurança, os recursos financeiros, as prioridades e os prazos necessários para erradicação das situações de alto risco;

Compatibilizar as medidas propostas com o Plano Diretor e os programas de saneamento, habitação e drenagem urbana;

Possibilitar a articulação dos três níveis de governo nas ações de redução de risco

Monitoramento permanente dos setores de risco alto e muito alto;

Atualização sistemática dos cadastros de famílias ocupantes das áreas de risco;

Montagem de planos de contingência para períodos de chuva;

Capacitação dos técnicos municipais;

Ações de conscientização dos moradores das áreas de risco

A gestão, juntos aos órgãos responsáveis, notadamente na esfera federal, para a regularização e urbanização dos terrenos de domínio federal, de marinha, em unidades de conservação e em terras indígenas.

Linha Programática 2

PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DA HABITAÇÃO

Tem como objetivo a promoção de diversos mecanismos de ampliação do acesso e oferta de moradias visando à redução do déficit quantitativo. Deve ter como diretriz a melhoria da qualidade arquitetônica e urbanística da produção habitacional que atenderá a demanda demográfica prevista pelo crescimento populacional e de famílias conviventes que hoje não tem acesso ao mercado habitacional. Propõe-se ampliar a discussão sobre o acesso a moradia, estimulando alternativas habitacionais não necessariamente vinculadas à propriedade privada, que possam dar qualidade de moradia sem necessariamente repassar a propriedade. A diversificação dos componentes da produção da moradia busca incorporar os diversos agentes sociais e econômicos que participam atualmente do processo.

Esta linha é constituída pelo **Programa de Produção e Aquisição da Habitação**, sendo composto por **quatro Subprogramas**:

1. Subprograma de Ampliação da Oferta de Terra Urbanizada
2. Subprograma de Apoio à Aquisição de Unidades Habitacionais Existentes
3. Subprograma de Produção de Unidades Novas
4. Subprograma de Locação Social e Oferta de Auxílio Aluguel

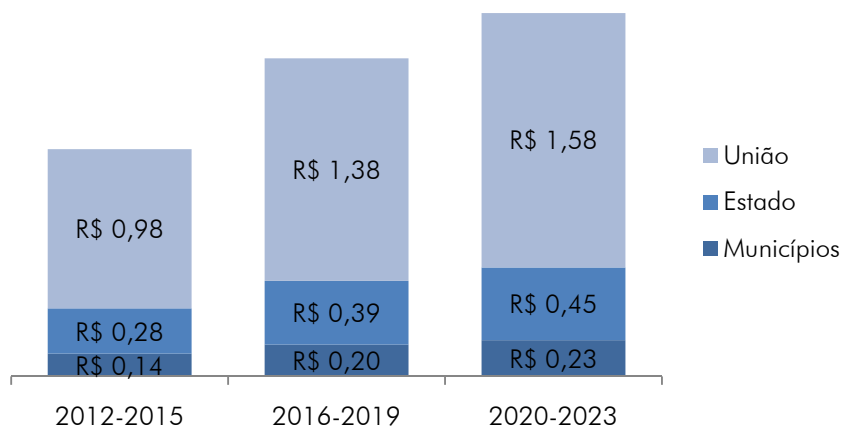
Metas de Investimento e de Atendimento⁵

49.

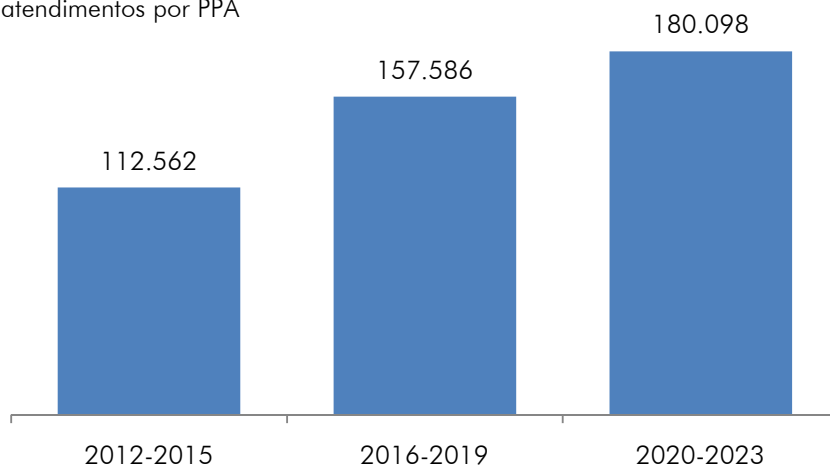
PPA	% de atendimento por PPA	Metas por Esfera de Governo	Municípios	Estado	União	TOTAL
			10%	20%	70%	100%
2012-2015	25%	Unidades	11.256	22.512	78.793	112.562
		R\$ bilhões por ano	R\$ 0,14	R\$ 0,28	R\$ 0,98	R\$ 1,41
		R\$ Total Período	R\$ 0,56	R\$ 1,13	R\$ 3,94	R\$ 5,63
2016-2019	35%	Unidades	15.759	31.517	110.310	157.586
		R\$ bilhões por ano	R\$ 0,20	R\$ 0,39	R\$ 1,38	R\$ 1,97
		R\$ Total Período	R\$ 0,79	R\$ 1,58	R\$ 5,52	R\$ 7,88
2020-2023	40%	Unidades	18.010	36.020	126.069	180.098
		R\$ bilhões por ano	R\$ 0,23	R\$ 0,45	R\$ 1,58	R\$ 2,25
		R\$ Total Período	R\$ 0,90	R\$ 1,80	R\$ 6,30	R\$ 9,00
TOTAL 2011-2023	100%	Unidades	45.025	90.049	315.172	450.246
		Média de R\$ bilhões por ano	R\$ 0,19	R\$ 0,38	R\$ 1,31	R\$ 1,88
		R\$ Total Período	R\$ 2,25	R\$ 4,50	R\$ 15,76	R\$ 22,51

⁵ Nessa linha programática, o cálculo das metas de investimento e de atendimento não foi feita por programas, mas para a linha programática como um todo. Isso pois dependerá dos estudos e prioridades da política estadual de habitação definir a alocação de recursos em cada programa.

R\$ bilhões/ano



atendimentos por PPA



2.1 PROGRAMA DE PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DA HABITAÇÃO

O programa tem como objetivo geral promover a ampliação da oferta de moradias visando a redução progressiva do déficit e atendimento da demanda demográfica futura.

2.1.1. SUBPROGRAMA DE AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE TERRA URBANIZADA

Objetivos	Específico	Ampliação da oferta de terra legal e urbanizada para a população de baixa renda.
Participantes	Agente Financeiro	Governo federal, Governo do Estado, Fundo Estadual, Municípios.
	Agente Promotor/ entidade organizadora	Município, Governo do Estado, Cooperativas / Associações Habitacionais, Sindicatos, iniciativa privada e pessoa física.
	Outros participantes	CASAN, CELESC.
Modalidade		Financiamento
Itens Elegíveis		- Financiamento para compra de terreno; - Elaboração de projeto de urbanismo, arquitetura e infraestrutura; - Execução de obras de infraestrutura e parcelamento de glebas; - Assessoria Técnica e Jurídica
Requisitos	Situação locacional	Área urbana e rural
	Características do empreendimento	Empreendimentos deverão ser voltados ao atendimento para faixa de renda até 3 SM
Fonte de Recursos/ Subsídios		FNHIS, OGU, PAC, Governo do Estado
Contrapartida		Conforme definido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais.
Indicadores de avaliação		Aumento da oferta de imóveis para baixa renda Aumento da aquisição direta de terras entre proprietário e grupos organizados
Recomendações		Seguir prioridades e metas estabelecidas no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) Identificação de propriedades ociosas (públicas e privadas) em seu território dotadas de infraestrutura no entorno e delimitação de ZEIS em lei, Organização de cadastro fundiário Identificação de glebas e edificações do patrimônio estadual que podem ser ofertadas para a consecução de projetos;

2.1.2. SUBPROGRAMA DE APOIO À AQUISIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EXISTENTES

Objetivos	Específico	Promoção da ocupação de imóveis residenciais existentes e disponíveis para compra; Viabilizar a utilização de imóveis vazios e subutilizados para moradia pela população de baixa renda, revertendo o modelo tradicional de produção de grandes aglomerados habitacionais de interesse social.
Participantes	Agente Financeiro	Governo federal, Governo do Estado, Fundo Estadual, Municípios.
	Agente Promotor/ Entidade Organizadora	Município, Governo do Estado, Cooperativas / Associações Habitacionais, Sindicatos, iniciativa privada e pessoa física.
	Outros participantes	CRECI, SECOVI e outras entidades que atuam no mercado imobiliário,
	Modalidade	Financiamento
	Itens elegíveis	- Aquisição de imóvel para fins residenciais de forma individual ou coletiva - Reforma e adaptação do imóvel para uso habitacional - Assistência Técnica e Jurídica para regularização e emissão de documentos de unidades habitacionais e terrenos propostos
Requisitos	Renda	Até 3 salários mínimos
	Características do empreendimento	Imóvel deverá estar em área urbanizada ligado às redes de infraestrutura básica. O imóvel deverá conter habite-se, apresentar adequadas condições de uso e manutenção e escritura registrada ou documento de posse regular.
	Fonte de recursos/ Subsídios	FNHIS, OGU, PAC, PMCMV, Governo do Estado
	Contrapartida	Conforme definido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais.
	Indicadores de avaliação	Gasto excessivo com aluguel, coabitação,
	Recomendações	Seguir prioridades e metas estabelecidas no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) Realizar levantamento de imóveis vazios e subutilizados Organizar banco de imóveis disponíveis no mercado Acompanhar os valores de compra e venda de unidades habitacionais

2.1.3 SUBPROGRAMA DE PRODUÇÃO DE UNIDADES NOVAS

Objetivos	Específicos	Promover a produção de unidades habitacionais em áreas dotadas de infraestrutura. Complementar programas de urbanização e regularização.
Participantes	Agente Financeiro	Governo federal, Governo do Estado, Fundo Estadual, Municípios.
	Agente Promotor/ Entidade Organizadora	Município, Governo do Estado, Cooperativas / Associações Habitacionais, Sindicatos, iniciativa privada e pessoa física.
	Outros	SECOVI
	Modalidade	Financiamento
Itens elegíveis		- Construção de Unidade Habitacional completa - Assistência técnica e jurídica
Requisitos	Renda	Até 3 salários mínimos
	Locacional	Estar situado em área dotada de infraestrutura e regular, com projeto aprovado
Contrapartida		Conforme definido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais.
Fontes de recurso/Subsídio		FNHIS, OGU, PAC, PMCMV, Governo do Estado
Indicadores de Avaliação		Gasto excessivo com aluguel, coabitação,
Recomendações		Seguir prioridades e metas estabelecidas no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) Demarcar ZEIS em áreas com infraestrutura para garantir o acesso a terra Priorizar a produção de unidades habitacionais "isoladas" no meio rural e "pulverizadas" no tecido urbano das cidades, em detrimento dos grandes conjuntos habitacionais

2.1.4. SUBPROGRAMA DE LOCAÇÃO SOCIAL E OFERTA DE AUXÍLIO ALUGUEL

Objetivos	Específicos	Ampliar o acesso à moradia adequada em áreas centrais dotadas de infraestrutura por meio: • Criação de um parque público⁶ para Locação Social destinado a atender às famílias de 0-3 salários mínimos • Oferta de crédito parcial ou total para pagamento de aluguel em imóveis privados - Bolsa Aluguel Complementar o atendimento aos programas de urbanização e regularização.
Participantes	Agente Financeiro	Governo federal, Governo do Estado, Fundo Estadual, Municípios.
	Agente Promotor/ Entidade Organizadora	Município, Governo do Estado, Cooperativas / Associações Habitacionais, Sindicatos, pessoa física.
	Outros	CRECI
	Modalidade	Financiamento
Itens elegíveis		Produção de novas unidades para locação Crédito para locação de unidade habitacional no mercado privado Assistência técnica e jurídica
Requisitos	Renda	Até 3 salários mínimos
	Locacional	Estar situado em área dotada de infraestrutura e regular, com projeto aprovado
	Contrapartida	Conforme definido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais.
Fontes de recurso/Subsídio		FNHIS, OGU, PAC, PMCMV, Governo do Estado
Indicadores de Avaliação		Gasto excessivo com aluguel, coabitação,
Recomendações		Seguir prioridades e metas estabelecidas no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) O atendimento do Bolsa Aluguel deve necessariamente estar vinculado à solução definitiva do atendimento habitacional Demarcar ZEIS em áreas com infraestrutura para garantir o acesso a terra Realizar levantamento de imóveis vazios e subutilizados Organizar banco de imóveis disponíveis no mercado Acompanhar os valores de compra e venda de unidades habitacionais

MELHORIA HABITACIONAL

A Linha Programática Melhoria Habitacional conta com o **Programa de Reforma, Recuperação e Readequação de Moradias Urbanas e Rurais**.

3.1. PROGRAMA DE REFORMA, RECUPERAÇÃO E READEQUAÇÃO DE MORADIAS URBANAS E RURAIS

O programa tem como objetivo geral melhorar a qualidade de habitabilidade das moradias da população de baixa renda em áreas urbanas e rurais

Propõe-se a criação de um sistema de financiamento que seja modular, ou seja, possa ser tomado em etapas desde que o projeto seja aprovado totalmente – unidade sanitária, quartos, banheiro, telhado, área de serviço etc, incluindo-se também a assistência técnica direta ou contratação de equipes pelo estado para realizar o acompanhamento.

Na área rural, o programa é direcionado para comunidades beneficiadas por programas públicos agrícolas, buscando oferecer crédito para melhoria das condições de moradia, levando em consideração as especificidades locais de produção e de técnicas construtivas. Tem como objetivo o incentivo à fixação da população no interior, por meio da melhoria de suas condições de moradia e de produção, integrando esforços para otimizar as políticas de desenvolvimento.

55.

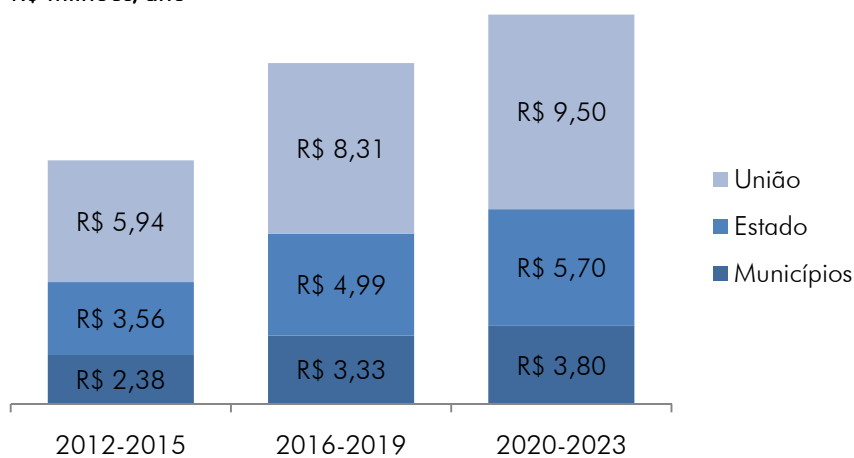
Objetivos	Específico	Viabilização da execução de melhorias no estoque habitacional através da ampliação do financiamento subsidiado Diminuição do adensamento excessivo. Melhoria das condições de habitabilidade e controle das doenças endêmicas decorrentes das más condições de moradia da população de baixa renda, através da recuperação e ampliação das moradias existentes.
Participantes	Agente Financeiro	Governo federal, Governo do Estado, Fundo Estadual, Municípios.
	Agente Promotor	Município, Governo do Estado, Cooperativas / Associações Habitacionais, Sindicatos, pessoa física.
	Outros participantes	CREA, IAB
Modalidade		Financiamento
Itens elegíveis		- Ampliação ou Reforma da unidade habitacional (vedações internas e externas, piso, cobertura, instalações hidráulicas, elétricas e sanitárias, ligações individuais de esgoto, fossas sanitárias, ligação individual de água, cisternas); - Construção de Cômodos (quarto, sala ou cozinha); - Construção de banheiro; - Execução de adaptações para moradores com necessidades especiais. - projeto de arquitetura - materiais de construção; - Mão de obra - assistência técnica, jurídica e contábil;.
	Renda	Até 3 salários mínimos
Requisitos	Situação locacional	Morador de área rural ou urbana
	características do empreendimento	Ser proprietário, locatário ou detentor da posse do imóvel
Contrapartida		Conforme definido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais.
Fontes de Recursos/ Subsídios		CAIXA, FNHIS, OGU, PAC, Governo do Estado
Indicadores de avaliação		número de unidades reformadas e redução dos índices relativos aos domicílios sem banheiro
Recomendações		Priorização de recursos subsidiados para obras de adequação sanitária.

Metas de Investimento e de Atendimento [custo de R\$ 4.000 por família]

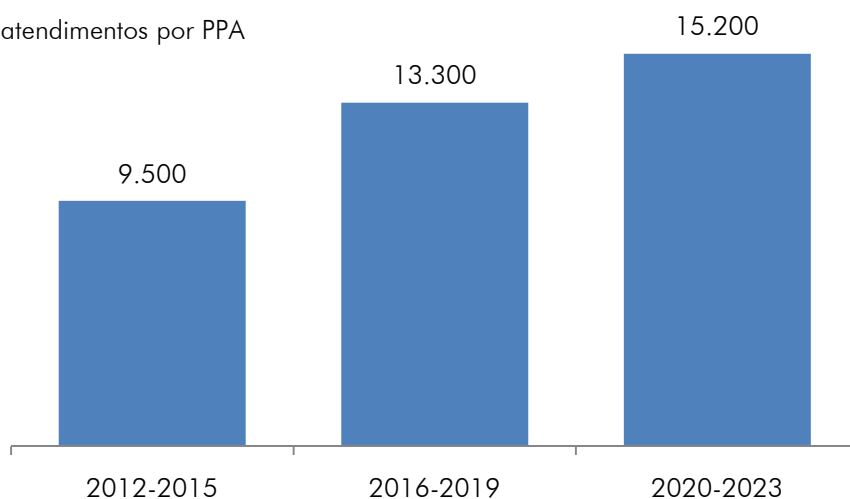
PPA	% de atendimento por PPA	Metas por Esfera de Governo	Municípios	Estado	União	TOTAL
			20%	30%	50%	100%
2012-2015	25%	Unidades	1.900	2.850	4.750	9.500
		R\$ milhões por ano	R\$ 2,38	R\$ 3,56	R\$ 5,94	R\$ 11,88
		R\$ Total Período	R\$ 9,50	R\$ 14,25	R\$ 23,75	R\$ 47,50
2016-2019	35%	Unidades	2.660	3.990	6.650	13.300
		R\$ milhões por ano	R\$ 3,33	R\$ 4,99	R\$ 8,31	R\$ 16,63
		R\$ Total Período	R\$ 13,30	R\$ 19,95	R\$ 33,25	R\$ 66,50
2020-2023	40%	Unidades	3.040	4.560	7.600	15.200
		R\$ milhões por ano	R\$ 3,80	R\$ 5,70	R\$ 9,50	R\$ 19,00
		R\$ Total Período	R\$ 15,20	R\$ 22,80	R\$ 38,00	R\$ 76,00
TOTAL 2011-2023	100%	Unidades	7.600	11.400	19.000	38.000
		Média de R\$ milhões por ano	R\$ 3,17	R\$ 4,75	R\$ 7,92	R\$ 15,83
		R\$ Total Período	R\$ 38,00	R\$ 57,00	R\$ 95,00	R\$ 190,00

R\$ milhões/ano

56.



atendimentos por PPA



ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL

O objetivo desta linha programática consiste no apoio ao desenvolvimento e à implementação de estratégias de capacitação e oferta de serviços de assistência técnica, visando melhorar a capacidade dos agentes envolvidos na produção habitacional. Os serviços de capacitação e de assistência técnica poderão ser ofertados diretamente pelo poder público ou a partir de convênios deste com entidades profissionais, entidades privadas sem fins lucrativos vinculadas ao setor habitacional, bem como universidades e centros de ensino médio profissionalizante. Devem ser desenhadas segundo as necessidades locais e de acordo com metas de atendimento, podendo ser contratada tanto para produção de novas moradias quanto para os programas de melhoria das condições de moradia.

Podem ser prestados os serviços de assessoria técnica nas seguintes áreas: arquitetura, jurídico, social e contábil.

4.1 PROGRAMA DE REFORMA, RECUPERAÇÃO E READEQUAÇÃO DE MORADIAS URBANAS E RURAIS

O programa tem como objetivo geral apoiar cooperativas, sindicatos e movimentos sociais organizados com assistência técnica para realizar estudos de viabilidade (projeto preliminar) para obtenção de financiamento.

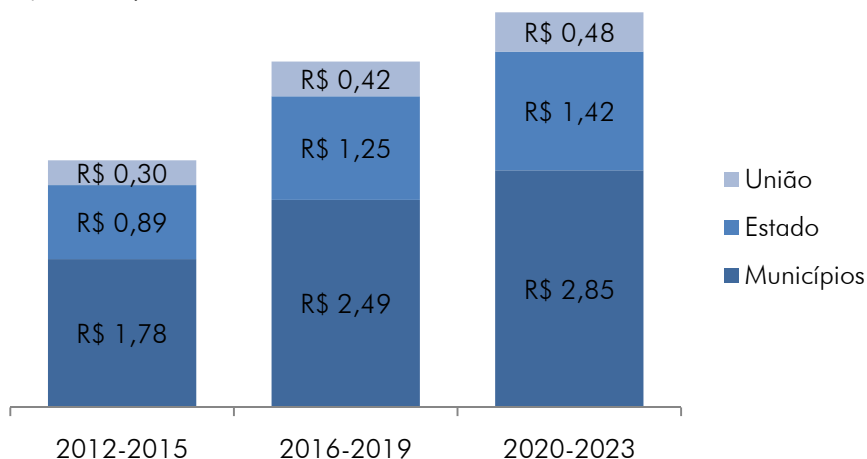
57.

Objetivos	Específico	Ampliar as condições de aquisição de financiamento pelas cooperativas e movimentos sociais organizados.
Participantes	Agente Financeiro	Governo do Estado, Governo Federal
	Agente Promotor	Município, Governo do Estado, Cooperativas / Associações Habitacionais, Sindicatos.
	Outros participantes	CREA, IAB, sindicatos, assessorias técnicas
Modalidade		
Itens elegíveis		- Estudo preliminar de projeto arquitetônico - Estudos estruturais e geotécnicos - Laudo de avaliação - Levantamento topográfico - Planilha orçamentária
Requisitos	Renda	Até 3 salários mínimos
	Entidade	Entidade deve estar devidamente regularizada
	características do empreendimento	
Contrapartida		Conforme definido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais.
Fontes de Recursos/ Subsídios		CAIXA, FNHIS, OGU, PAC, Governo do Estado
Indicadores de avaliação		número de contratos habitacionais de iniciativa de cooperativas e movimentos sociais organizados.
Recomendações		Priorização de recursos subsidiados para obras de adequação sanitária.

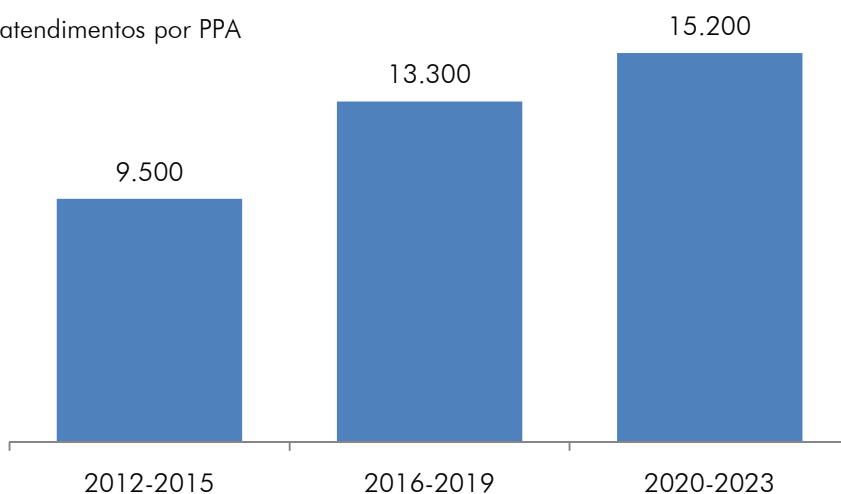
Metas de Investimento e de Atendimento[AT estimada em 20% do custo de Melhoria, ou seja, R\$ 1.000 por família]

PPA	% de atendimento por PPA	Metas por Esfera de Governo	Municípios	Estado	União	TOTAL
			60%	30%	10%	100%
2012-2015	25%	Unidades	1.425	713	238	2.375
		R\$ milhões por ano	R\$ 1,78	R\$ 0,89	R\$ 0,30	R\$ 2,97
		R\$ Total Período	R\$ 7,13	R\$ 3,56	R\$ 1,19	R\$ 11,88
2016-2019	35%	Unidades	1.995	998	333	3.325
		R\$ milhões por ano	R\$ 2,49	R\$ 1,25	R\$ 0,42	R\$ 4,16
		R\$ Total Período	R\$ 9,98	R\$ 4,99	R\$ 1,66	R\$ 16,63
2020-2023	40%	Unidades	2.280	1.140	380	3.800
		R\$ milhões por ano	R\$ 2,85	R\$ 1,43	R\$ 0,48	R\$ 4,75
		R\$ Total Período	R\$ 11,40	R\$ 5,70	R\$ 1,90	R\$ 19,00
TOTAL 2011-2023	100%	Unidades	5.700	2.850	950	9.500
		Média de R\$ milhões por ano	R\$ 2,38	R\$ 1,19	R\$ 0,40	R\$ 3,96
		R\$ Total Período	R\$ 28,50	R\$ 14,25	R\$ 4,75	R\$ 47,50

R\$ milhões/ano



atendimentos por PPA



AÇÕES INTEGRADAS EM PROJETOS ESTRATÉGICOS

Prevê financiamento a grupos de municípios, ou regiões, para promover melhorias conjuntas em mananciais metropolitanos, assentamentos em áreas costeiras, beiras de rios etc.

Propõe-se a organização de ações integradas e intersetoriais entre os diferentes setores estaduais e municipais na obtenção de recursos para a gestão das áreas ambientalmente frágeis. Procura-se viabilizar políticas transversais para a recuperação ambiental, com a inclusão do componente moradia; mitigação de riscos, buscando a melhoria de qualidade ambiental. Desta forma o Programa de Ações Integradas deve ser flexível e abrangente em sua concepção, de forma a possibilitar a viabilização de projetos especiais.

5.1. PROGRAMA DE AÇÕES INTEGRADAS EM PROJETOS ESTRATÉGICOS

O programa tem como objetivo possibilitar as intervenções integradas e intersetoriais entre as diferentes áreas e também ações interregionais ou ações de consórcios públicos para recuperação de áreas ambientalmente frágeis. Além disso, busca viabilizar políticas transversais para a recuperação ambiental, com a inclusão do componente moradia; mitigação de riscos, buscando a melhoria de qualidade ambiental.

59.

Objetivos	Específico	Melhorar as condições de moradia em áreas ambientalmente frágeis, realizando obras mitigadoras e trabalhos de educação urbana e ambiental com a população moradora.
Participantes	Agente Financeiro	Governo do Estado, Governo Federal
	Agente Promotor	Município, Governo do Estado, Cooperativas / Associações Habitacionais, Sindicatos.
	Outros participantes	CASAN, CELESC. Órgãos envolvidos em aprovação de projetos ambientais do Estado e município
Modalidade		Financiamento
Itens elegíveis		- Levantamento planialtimétrico cadastral - Projeto básico e executivo - Estudos estruturais e geotécnicos - Laudo de avaliação - Trabalho social - Assistência técnica - Gerenciamento - Serviços preliminares - Terraplanagem - Pavimentação e obras viárias - Obras de saneamento ambiental e resíduos sólidos - Obras de drenagem - Proteção, contenção e estabilização do solo

		- Recuperação ambiental - Energia elétrica, iluminação pública - Terreno (aquisição, desapropriação, avaliação) - Aquisição e edificação da unidade habitacional - Recuperação e melhoria das unidades - Instalações hidráulicas e sanitárias - Indenização de benfeitorias - Alojamento provisório/despesas com aluguel - Abastecimento de água - Abastecimento de esgoto
Requisitos	Situação locacional características do empreendimento	Existência de assentamentos precários, favelas. Assentamentos que tenham carência de infraestrutura, água, esgoto, irregularidade com população de até 3 SM. Áreas ambientalmente frágeis e que sejam objeto de intervenções intersetoriais ou interregionais ou intergovernamentais Estudos prévios, mostrando a viabilidade da ação e autorizações previas - EIA- RIMA, demonstrando que é possível realizar o investimento proposto
	Contrapartida	Conforme definido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais.
	Fonte de Recursos / Subsídios	FNHIS, OGU, PAC, Governo do Estado
	Indicadores de avaliação	Adotar indicadores para verificar o atendimento e manutenção das medidas mitigadoras adotadas. (plantio, desadensamentos, manutenção de APPs - leitos d'água, nascentes) No caso de áreas de mananciais: Adotar indicadores existentes para acompanhar a qualidade de água. Número de áreas urbanizadas (rede de água, esgoto) Aumento da cobertura dos serviços públicos, título de posse emitido, erradicação das situações de risco .
	Recomendações	Seguir prioridades e metas estabelecidas no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) Recomenda-se a revisão da legislação urbanística municipal, com a criação de zonas especiais para interesse ambiental compatíveis às restrições estabelecidas. Garantir o atendimento adequado das famílias a serem removidas e a permanências dos núcleos e edificações regularizáveis em condições de habitabilidade. As intervenções nos bairros, núcleos e edificações devem ser incorporadas ao cadastro municipal de redes e edificações, de forma a serem incluídos nas rotinas de manutenção urbana e fiscalização do uso e ocupação do solo. Destaque-se sob esse aspecto o papel estratégico da CASAN em relação ao sistema de abastecimento e esgotamento e das prefeituras em relação à drenagem, limpeza urbana e coleta de lixo. Recomenda-se a organização do cadastro social articulado ao CADUNICO. Recomenda-se que as intervenções sejam acompanhadas de processos formativos e participativos fortalecendo a cidadania o e reconhecimento do território. Estas atividades deverão ser articuladas com ações de educação ambiental e sanitária prevista pelas Secretarias de meio ambiente. Recomenda-se que o Estado canalize seus programas sociais e incentive os municípios a desenvolver, associado ao Programa de urbanização e regularização, a implantação de programas de inclusão social, em que, além do componente habitação, sejam implementados programas de capacitação profissional, geração de emprego e renda, diminuição da ocorrência de violência. Recomenda-se a gestão, juntos aos órgãos responsáveis, notadamente na esfera federal, para a regularização e urbanização dos terrenos de domínio federal, de marinha, em unidades de conservação e em terras indígenas.

Obs.: Visto que este programa ainda demanda diversos estudos para sua implementação, além de estar vinculado a outras ações e programas do Governo do Estado, não se estabeleceu metas de investimento e atendimento para o programa (as quais poderão ser elaboradas na próxima revisão do Plano, de acordo com o maior grau de desenvolvimento desse programa).

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA HABITACIONAL

Tem papel estratégico na melhoria da eficiência e da eficácia da política estadual de habitação. A meta é efetivar a modernização administrativa, buscando melhor eficiência na descentralização de processos, gestão e condições efetivas (técnicas e físicas) para a implementação e execução da política habitacional. Visa também melhorar o corpo técnico profissional do Estado, nos setores relacionados aos assentamentos urbanos, habitação, desenvolvimento urbano e construção civil. Assim, propõe-se a definição de **dois Programas**:

6.1. Programa para o Desenvolvimento Institucional dos Municípios, com três Subprogramas:

6.1.1. Subprograma de Apoio à Implementação dos Planos Municipais de Habitação;

6.1.2. Subprograma de Apoio à Política Urbana; e

6.1.3. Subprograma de Apoio à Política de Prevenção e Erradicação de Risco;

6.2. Programa de Fomento à Assistência Técnica e Qualificação Profissional para a Construção Civil.

6.1. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Programa de Desenvolvimento Institucional para os Municípios tem como objetivo ampliar a capacidade dos municípios no gerenciamento de seu território e na gestão de sua política habitacional. Podem ser financiadas ações de capacitação técnica e de gestão, especialmente para formulação e implementação dos planos locais de habitação. É composto pelos seguintes subprogramas:

6.1.1. SUBPROGRAMA DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE HABITAÇÃO

Apoio a ações de aplicação dos planos já elaborados, tais como: desenvolvimento de sistemas municipais de informações, aprimoramento na caracterização dos assentamentos precários locais, apoio a estudos para oferta de novos programas habitacionais, etc.

6.1.2. SUBPROGRAMA DE APOIO À POLÍTICA URBANA

Apoio a ações de elaboração de normas, leis e sistemas afetos a política urbana municipal, tais como planos diretores, leis de zonas especiais de interesse social, leis de uso e ocupação do solo, sistemas de aprovação de loteamentos e empreendimentos. Tal subprograma deverá considerar as especificidades dos pequenos municípios do estado, a maioria com população abaixo de 20 mil habitantes e que, portanto, não tem a obrigatoriedade de elaboração de planos diretores. Deverá se pensar ações específicas de apoio à política urbana de tais municípios, visto que, mesmo pelo pequeno tamanho, demandam o apoio para o planejamento territorial local.

6.1.3. SUBPROGRAMA DE APOIO À POLÍTICA DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE RISCO

Apoio a estudos preventivos e estratégicos para a prevenção das mais diversas situações de risco verificadas no estado.

6.2. PROGRAMA DE FOMENTO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

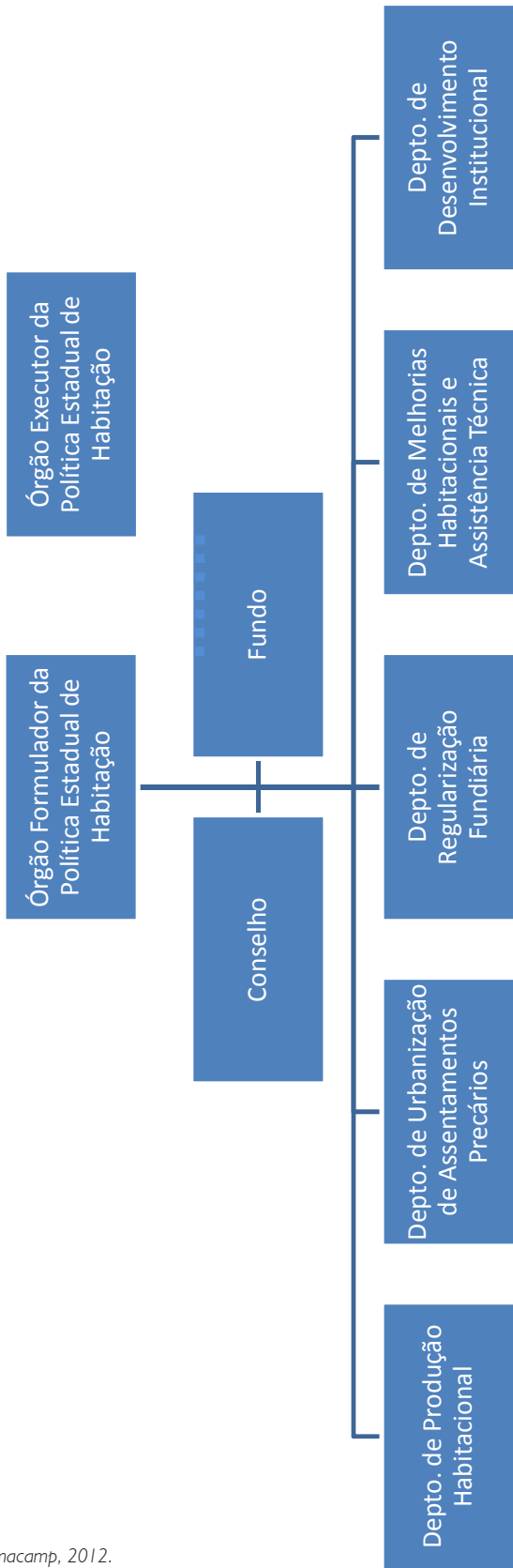
O Programa tem como objetivo fomentar a discussão e capacitação dos agentes da construção civil no Estado, visando à melhoria da qualidade de moradia e dos sistemas construtivos.

5.1. Proposta de Organização Institucional da Política Estadual de Habitação

A partir do diagnóstico dos arranjos institucionais da Política de Habitação em Santa Catarina (produto 2.3.) e da proposta de instituição de novas linhas programáticas e programas de habitação, verifica-se a necessidade de re-organização da estrutura institucional da Política de Habitação no Governo do Estado de Santa Catarina.

Assim, elaborou-se uma proposta de desenvolvimento de uma estrutura ideal da organização institucional da área, a ser seguida na remodelação administrativa da Política Estadual de Habitação. O organograma abaixo apresenta o desenho dessa proposta de estrutura institucional e administrativa:

Figura 5.1 – Proposta de Organograma da Organização Institucional da Política Estadual de Habitação



5.2. Programas Federais existentes atualmente para atendimento às linhas programáticas propostas no PCHIS

Linha Programática I

URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E INFORMAIS

Programa	Subprograma	Programas Federais	Nova denominação após MCMV e PAC	Limite de renda
Programa de Execução de Obras de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários.		Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários (FNHIS)	Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários (FNHIS)	R\$ 1.050
		Pró-Moradia	Pró-Moradia	R\$ 1.050
Programa para a Erradicação das Condições de Risco Urbano e Ambiental em Projetos Integrados		Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários (FNHIS)	Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários (FNHIS)	R\$ 1.050
Programa de Regularização Fundiária	Subprograma de Regularização de Conjuntos executados pelo Estado	-	-	-
	Subprograma de Apoio à Regularização de Assentamentos Precários em áreas Públicas ou Privadas	Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável - Papel Passado	Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável - Papel Passado	

Programas	Programas Federais	Nova denominação após MCMV e PAC	Limite de renda
Programa de Produção e Aquisição de Unidades Habitacionais	Carta de Crédito Associativo (FGTS)	Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) - FGTS	R\$ 2.790,00
	Carta de Crédito Individual (FGTS)	Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) - FGTS	R\$ 2.790,00
	Ação Provisão Habitacional de Interesse Social (FNHIS)	Em fechamento	R\$ 1.050,00
	Crédito Solidário (FDS)	Programa Habitacional Popular Entidades (PHPE)	R\$ 1.395,00
	Ação de Apoio à Produção Social da Moradia (FNHIS)	Ação de Apoio à Produção Social da Moradia (FNHIS)	R\$ 1.125,00
Programa de Produção de Unidades Novas		Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) - FGTS	R\$ 2.790,00
	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH	MCMV - Municípios abaixo de 50 mil habitantes	R\$ 1.395,00
	Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - Pró-Moradia (FGTS)	Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - Pró-Moradia (FGTS)	R\$ 1.050,00
	Crédito Solidário (FDS)	Programa Habitacional Popular Entidades (PHPE)	R\$ 1.395,00
	Ação de Apoio à Produção Social da Moradia (FNHIS)	Ação de Apoio à Produção Social da Moradia (FNHIS)	R\$ 1.125,00
	Parceria com o MDA para produção de Habitação na Zona Rural	Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	agricultores e trabalhadores rurais cuja renda bruta familiar anual não ultrapasse R\$ 55.800,00
	Ação de Apoio à Provisão Habitacional FNHIS - destinado a Habitação rural		
Programa de Aluguel Social	Locação Social		
	Bolsa Aluguel		
Programa de Aquisição de Imóveis Prontos	Programa de Arrendamento Residencial	Municípios acima de 50 mil habitantes - Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	até R\$ 1.600
	Crédito Solidário	Programa de Habitação Popular Entidades - MCMV	R\$ 1.395,00
	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social	-	
Programa de Requalificação de Imóveis	-	Municípios acima de 50 mil habitantes - Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	até R\$ 1.600
	-	Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) - FGTS	até R\$ 2.790,00

Linha Programática 3

MELHORIA HABITACIONAL

Programa	Subprograma	Programas Federais	Nova denominação após MCMV e PAC	Limite de renda
Programa de Reforma, Recuperação e Readequação de Moradias		Ação Provisão Habitacional de Interesse Social - Modalidade: Requalificação de Imóveis	Ação Provisão Habitacional de Interesse Social - Modalidade: Requalificação de Imóveis	R\$ 1.050,00
		Carta de Crédito Associativo	Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) - FGTS	até R\$ 2.790,00
		Carta de Crédito Individual	Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) - FGTS	até R\$ 2.790,00
		Crédito Solidário (FDS)	Programa Habitacional Popular Entidades (PHPE)	R\$ 1.395,00
		Ação de Apoio à Produção Social da Moradia (FNHIS)	Ação de Apoio à Produção Social da Moradia (FNHIS)	R\$ 1.125,00
Programa Melhoria da Moradia Rural	-	-	-	-

Linha Programática 4

ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL

Programa	Subprograma	Programas Federais	Nova denominação após MCMV e PAC	Limite de renda
Programa de Assistência Técnica		Ação Provisão Habitacional de Interesse Social - Modalidade: Assistência Técnica	Ação Provisão Habitacional de Interesse Social - Modalidade: Assistência Técnica	R\$ 1.050,00

Linha Programática 5

AÇÕES INTEGRADAS EM PROJETOS ESTRATÉGICOS

Programa	Subprograma	Programas Federais	Nova denominação após MCMV e PAC	Limite de renda
Programa de ações integradas		Projetos Prioritários de Investimentos – PPI	PAC 2 para os grupos G1, G2 e G3 do PLANHAB	R\$ 1.050,00
		Intervenções em Favelas		
		Programa Multissetoriais Integrados Urbanos - PMI	Programa Multissetoriais Integrados Urbanos - PMI	3 SM

Linha Programática 6

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA HABITACIONAL

Programa	Subprograma	Programas Federais	Nova denominação após MCMV e PAC	Limite de renda
Programa de Desenvolvimento Institucional dos Municípios		Ação de Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social	Ação de Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social	-
		Pró-Moradia	Pró-Moradia	-
Programa de Fomento à Assistência Técnica e Qualificação Profissional para a Construção Civil		Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat-PBQP-H	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat-PBQP-H	-

6. Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação

O monitoramento se constitui na produção de conhecimento efetivo da evolução das ações implementadas em um Plano, Programa ou Projeto e permite sua avaliação contínua e o cumprimento das ações programadas. Trata-se de um processo que permite a constante identificação de êxitos e insucessos do trabalho planejado, tornando-se uma ferramenta de planejamento. Contudo, a experiência tem demonstrado os problemas advindos da montagem de sistemas muito sofisticados de monitoramento quando a realidade institucional não tem suporte para levá-los a cabo. Sendo assim, pelo menos inicialmente, o PCHIS elege quatro procedimentos de monitoramento para serem aplicados nos primeiros quatro anos de implantação do Plano:

a) Sistema de acompanhamento de metas

Um aspecto fundamental para a avaliação dos resultados do Plano é a comparação do realizado com as metas e objetivos do mesmo. Este aspecto pode ser avaliado em distintos níveis, o mais específico deles se refere à comparação entre o programado e o executado para cada uma das atividades. Neste sistema, os indicadores são os valores unitários utilizados na definição das metas por quadriênio traduzidas em METAS ANUAIS em cada programa. Os principais objetivos do sistema em foco são:

1. Identificar transtornos e dificuldades para o cumprimento das metas, a fim de identificar as fontes dos mesmos para pôr em prática ações corretivas;
2. Determinar práticas acertadas nas estratégias de execução para reproduzi-las, nos casos em que isso seja possível.
3. Dispor de informação que permita estabelecer uma programação melhor das atividades futuras.
4. Compartilhar com outros atores sociais ou institucionais os avanços das intervenções sobre bases claras e objetivas.

A comparação deve ser realizada anualmente e o fórum privilegiado dessa prestação de contas é o Conselho de Habitação.

b) Sistema de acompanhamento dos OBJETIVOS

O foco desse sistema é a evolução qualitativa do Plano e os indicadores originam-se nos seus OBJETIVOS ESPECÍFICOS. Os indicadores propostos são os seguintes:

Quadro 6.1. Objetivos e Indicadores (PCHIS)

Objetivos	Indicadores
OBJETIVO I: Ampliar a oferta de soluções habitacionais de forma a atender as diversas dimensões das necessidades habitacionais em Santa Catarina	Número de programas habitacionais ofertados pelo Governo do Estado
OBJETIVO II: Ampliar a aplicação de recursos orçamentários próprios do Estado e dos Municípios a serem aplicados na Política de Habitação	Percentual de recursos próprios dos orçamentos estadual e municipais aplicados na Política de Habitação
OBJETIVO III: Promover o controle social e a participação social em todos os níveis da Política Estadual de Habitação	- Número de reuniões realizadas pelos Conselhos Estaduais afetos à questão habitacional; - Número de conselhos municipais de habitação e afins efetivamente funcionando.
OBJETIVO IV: Fortalecer a capacidade administrativa do Governo do Estado na coordenação da Política Estadual de Habitação e induzir e apoiar o desenvolvimento institucional da Política de Habitação nos municípios catarinenses	Percentual de recursos orçamentários do Governo do Estado aplicados em ações de desenvolvimento institucional da política habitacional estadual e municipal
OBJETIVO V: Induzir os municípios catarinenses a aplicar os instrumentos do Estatuto da Cidade para promover o acesso à terra urbanizada	Percentual de municípios catarinenses que aplicam os instrumentos do Estatuto da Cidade.

Fonte: Elaboração Própria, Demacamp (2011).

c) Avaliação participativa

A Avaliação Participativa configura-se como o principal procedimento ou mediação que permeia todo o processo de monitoramento. Para tanto, é preciso diferenciar o nível de detalhe e o tipo de informação requerida e um pequeno número de indicadores necessários para resumir o progresso global. No quadriênio inicial do PCHIS, sugere-se que o foco da avaliação participativa deverá se estender do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação para reuniões regionais de avaliação. Propõe-se que a periodicidade deve ser quadrienal, nos anos de elaboração dos Planos Plurianuais - PPAs.

d) Sistema de acompanhamento dos PLANOS MUNICIPAIS DE HABITAÇÃO;

Como determinado nas bases legais do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, o Governo do Estado de Santa Catarina deverá exercer o papel de coordenação no desenvolvimento dos Planos Municipais de Habitação. Assim, após a conclusão do processo de elaboração de tais planos no Estado, deverá ser feito o monitoramento de sua aplicação. Tal monitoramento poderá se dar em diversos âmbitos, tais como: desenvolvimento de sistemas de informações, acompanhamento de metas, apoio ao desenvolvimento de programas indicados nos planos etc.

7. Cenários de Investimentos do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social

A elaboração dos cenários de investimentos do PCHIS busca apontar para as possibilidades de aporte de recursos orçamentários do Governo do Estado na política habitacional de Santa Catarina, considerando o horizonte de planejamento: 2012-2023.

Para tanto, tomamos o montante de recursos orçamentários destinados aos programas afetos à política habitacional, no ano de 2012, com recursos próprios do Governo do Estado, segundo o Plano Plurianual – PPA 2012-2015. Conforme apresentado, foram considerados os recursos do tesouro do estado para os programas Nova Casa, Prevenção e Preparação para Desastres e Respostas aos Desastres e Reconstrução (estes dois últimos por atuarem na questão dos desastres em Santa Catarina que tem uma interface forte com a questão habitacional). O montante total de recursos orçamentários próprios do Governo do Estado para esses programas, em 2012, soma R\$ 30.143.300.

A partir desse montante foram desenhados dois cenários considerando uma divisão de responsabilidades pelo aporte de investimentos na política habitacional entre os entes da federação: 60% para a União, 30% para o Governo do Estado e 10% para as Prefeituras Municipais. Assim, os dois cenários desenhados concebem um aumento em menor ou maior ritmo na disponibilização de recursos: no cenário conservador, um aumento de 10% no valor anual de investimentos; no cenário otimista, um aumento de 25% anual no volume de investimentos. As tabelas abaixo apresentam os cenários propostos para investimento na política habitacional:

Tabela 7.1. Cenário Conservador de Investimentos do PCHIS (2012-2023)

Ano	União 60%	Estado 30%	Município 10%	TOTAL ANUAL
2012	R\$ 60.286.600,00	R\$ 30.143.300,00	R\$ 10.047.766,67	R\$ 100.477.666,67
2013	R\$ 66.315.260,00	R\$ 33.157.630,00	R\$ 11.052.543,33	R\$ 110.525.433,33
2014	R\$ 72.946.786,00	R\$ 36.473.393,00	R\$ 12.157.797,67	R\$ 121.577.976,67
2015	R\$ 80.241.464,60	R\$ 40.120.732,30	R\$ 13.373.577,43	R\$ 133.735.774,33
2016	R\$ 88.265.611,06	R\$ 44.132.805,53	R\$ 14.710.935,18	R\$ 147.109.351,77
2017	R\$ 97.092.172,17	R\$ 48.546.086,08	R\$ 16.182.028,69	R\$ 161.820.286,94
2018	R\$ 106.801.389,38	R\$ 53.400.694,69	R\$ 17.800.231,56	R\$ 178.002.315,64
2019	R\$ 117.481.528,32	R\$ 58.740.764,16	R\$ 19.580.254,72	R\$ 195.802.547,20
2020	R\$ 129.229.681,15	R\$ 64.614.840,58	R\$ 21.538.280,19	R\$ 215.382.801,92
2021	R\$ 142.152.649,27	R\$ 71.076.324,63	R\$ 23.692.108,21	R\$ 236.921.082,11
2022	R\$ 156.367.914,20	R\$ 78.183.957,10	R\$ 26.061.319,03	R\$ 260.613.190,33
2023	R\$ 172.004.705,61	R\$ 86.002.352,81	R\$ 28.667.450,94	R\$ 286.674.509,36
TOTAL NO PERÍODO	R\$1.289.185.761,76	R\$ 644.592.880,88	R\$214.864.293,63	R\$2.148.642.936,27

Tabela 7.2. Cenário Otimista de Investimentos do PCHIS (2012-2023)

Ano		União 60%	Estado 30%	Município 10%	TOTAL ANUAL
2012	R\$	60.286.600,00	R\$ 30.143.300,00	R\$ 10.047.766,67	R\$ 100.477.666,67
2013	R\$	75.358.250,00	R\$ 37.679.125,00	R\$ 12.559.708,33	R\$ 125.597.083,33
2014	R\$	94.197.812,50	R\$ 47.098.906,25	R\$ 15.699.635,42	R\$ 156.996.354,17
2015	R\$	117.747.265,63	R\$ 58.873.632,81	R\$ 19.624.544,27	R\$ 196.245.442,71
2016	R\$	147.184.082,03	R\$ 73.592.041,02	R\$ 24.530.680,34	R\$ 245.306.803,39
2017	R\$	183.980.102,54	R\$ 91.990.051,27	R\$ 30.663.350,42	R\$ 306.633.504,23
2018	R\$	229.975.128,17	R\$ 114.987.564,09	R\$ 38.329.188,03	R\$ 383.291.880,29
2019	R\$	287.468.910,22	R\$ 143.734.455,11	R\$ 47.911.485,04	R\$ 479.114.850,36
2020	R\$	359.336.137,77	R\$ 179.668.068,89	R\$ 59.889.356,30	R\$ 598.893.562,95
2021	R\$	449.170.172,21	R\$ 224.585.086,11	R\$ 74.861.695,37	R\$ 748.616.953,69
2022	R\$	561.462.715,27	R\$ 280.731.357,63	R\$ 93.577.119,21	R\$ 935.771.192,11
2023	R\$	701.828.394,09	R\$ 350.914.197,04	R\$ 116.971.399,01	R\$ 1.169.713.990,14
TOTAL PERÍODO	NO	R\$3.267.995.570,43	R\$1.633.997.785,21	R\$544.665.928,40	R\$5.446.659.284,04

No cenário conservador, teríamos um montante de recursos que atenderiam a cerca de 9% do total dos custos estimados para atendimento às necessidades habitacionais presentes e futuras no horizonte de planejamento (2012-2023); já no cenário otimista, os recursos atenderiam cerca de 24% de tais custos estimados, indicando ser esse o cenário mais desejável a se ter como horizonte na implementação do PCHIS.

Tabela 7.3. Plano Plurianual 2012-2015 do Governo do Estado de Santa Catarina

PROGRAMA	ANODEAPLICAÇÃO2012				TOTAL 2013-2015	TOTALGERAL
	TESOURO	OUTRASFONTES	INVESTIMENTO DASFESTAS	TOTAL		
I. PODER EXECUTIVO	R\$ 15.161.007.525,00	R\$ 3.945.721.724,00	R\$ 1.967.446.275,00	R\$ 21.074.175.524,00	R\$ 71.336.151.384,00	R\$ 92.410.326.908,00
I.1. ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 11.382.539.441,00	R\$ 1.425.423.888,00	R\$ 0,00	R\$ 12.807.963.329,00	R\$ 43.580.860.245,00	R\$ 56.388.823.574,00
0105 - Mobilidade urbana	R\$ 157.311.310,00	R\$ 39.500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 196.811.310,00	R\$ 1.057.765.394,00	R\$ 1.254.576.704,00
0110 - Construção de Rodovias	R\$ 238.385.000,00	R\$ 87.900.000,00	R\$ 0,00	R\$ 326.285.000,00	R\$ 1.330.030.000,00	R\$ 1.656.315.000,00
0115 - Gestão do Sistema deTransporte Intermunicipal de Pessoas	R\$ 0,00	R\$ 10.432.425,00	R\$ 0,00	R\$ 10.432.425,00	R\$ 31.235.778,00	R\$ 41.668.203,00
0120 - Integração Logística	R\$ 48.775.196,00	R\$ 32.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 80.775.196,00	R\$ 254.325.588,00	R\$ 335.100.784,00
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	R\$ 103.300.000,00	R\$ 46.533.700,00	R\$ 0,00	R\$ 149.833.700,00	R\$ 483.021.100,00	R\$ 632.854.800,00
0140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	R\$ 75.000.000,00	R\$ 26.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 101.000.000,00	R\$ 772.610.000,00	R\$ 873.610.000,00
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	R\$ 38.165.000,00	R\$ 1.050.000,00	R\$ 0,00	R\$ 39.215.000,00	R\$ 93.997.000,00	R\$ 133.212.000,00
0150 - Modernização Portuária	R\$ 0,00	R\$ 9.370.000,00	R\$ 0,00	R\$ 9.370.000,00	R\$ 38.560.000,00	R\$ 47.930.000,00
0180 - Expansão do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 4.000.000,00
0188 - Participações e Parcerias Público-Privadas	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 800.000,00
0200 - Competitividade e Excelência Econômica	R\$ 200.000,00	R\$ 2.094.800,00	R\$ 0,00	R\$ 2.294.800,00	R\$ 6.884.400,00	R\$ 9.179.200,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	R\$ 38.913.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.913.000,00	R\$ 109.526.000,00	R\$ 148.439.000,00
0212 - Estratégias de Comércio Exterior e Relações Internacionais	R\$ 1.860.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.860.000,00	R\$ 5.580.000,00	R\$ 7.440.000,00
0220 - Governança Eletrônica	R\$ 234.793.864,00	R\$ 22.542.700,00	R\$ 0,00	R\$ 257.336.564,00	R\$ 610.122.273,00	R\$ 867.458.837,00
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa ao Desenvolvimento e à Inovação	R\$ 99.608.960,00	R\$ 23.521.660,00	R\$ 0,00	R\$ 123.130.620,00	R\$ 334.852.637,00	R\$ 457.983.257,00
0250 - Inclusão Digital	R\$ 27.638.840,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 27.638.840,00	R\$ 82.390.120,00	R\$ 110.028.960,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	R\$ 27.742.002,00	R\$ 31.574.250,00	R\$ 0,00	R\$ 59.316.252,00	R\$ 169.965.056,00	R\$ 229.281.308,00
0310 - Agronegócio Competitivo	R\$ 10.672.837,00	R\$ 41.596.649,00	R\$ 0,00	R\$ 52.269.486,00	R\$ 176.912.971,00	R\$ 229.182.457,00
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	R\$ 13.654.416,00	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 13.659.416,00	R\$ 27.106.052,00	R\$ 40.765.468,00
0320 - Agricultura Familiar	R\$ 4.020.000,00	R\$ 23.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 27.020.000,00	R\$ 81.394.000,00	R\$ 108.414.000,00
0335 - Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3	R\$ 11.893.808,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.893.808,00	R\$ 18.751.850,00	R\$ 30.645.658,00
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	R\$ 13.645.224,00	R\$ 13.822.000,00	R\$ 0,00	R\$ 27.467.224,00	R\$ 88.387.960,00	R\$ 115.855.184,00
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	R\$ 2.600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.600.000,00	R\$ 7.800.000,00	R\$ 10.400.000,00
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	R\$ 16.200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.200.000,00	R\$ 48.600.000,00	R\$ 64.800.000,00

PROGRAMA	ANODEAPLICAÇÃO 2012			TOTAL	TOTAL 2013-2015	TOTAL GERAL
	TESOURO	OUTRAS FONTES	INVESTIMENTO DAS ESTATAIS			
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	R\$ 6.123.000,00	R\$ 850.000,00	R\$ 0,00	R\$ 6.973.000,00	R\$ 19.719.000,00	R\$ 26.692.000,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	R\$ 42.614.412,00	R\$ 30.800.000,00	R\$ 0,00	R\$ 73.414.412,00	R\$ 189.347.268,00	R\$ 262.761.680,00
0360 - Abastecimento de Água	R\$ 0,00	R\$ 3.400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.400.000,00	R\$ 10.200.000,00	R\$ 13.600.000,00
0365 - Esgoto Sanitário	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 900.000,00	R\$ 1.200.000,00
0410 - Vigilância em Saúde	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 2.000.000,00
0420 - Atenção Básica	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 400.000,00
0510 - Proteção Social Básica e Especial	R\$ 100.000,00	R\$ 18.700.000,00	R\$ 0,00	R\$ 18.800.000,00	R\$ 56.400.000,00	R\$ 75.200.000,00
0520 - Cidadania e Diversidade	R\$ 13.277.313,00	R\$ 26.680.000,00	R\$ 0,00	R\$ 39.957.313,00	R\$ 127.797.617,00	R\$ 167.754.930,00
0530 - Pró-Emprego e Renda	R\$ 100.000,00	R\$ 21.617.865,00	R\$ 0,00	R\$ 21.717.865,00	R\$ 65.153.595,00	R\$ 86.871.460,00
0540 - Nova Casa	R\$ 5.315.800,00	R\$ 14.586.200,00	R\$ 0,00	R\$ 19.902.000,00	R\$ 266.920.000,00	R\$ 286.822.000,00
0600 - Novos Valores	R\$ 29.728.737,00	R\$ 1.889.060,00	R\$ 0,00	R\$ 31.617.797,00	R\$ 95.257.111,00	R\$ 126.874.908,00
0610 - Educação Básica	R\$ 1.556.748.914,00	R\$ 6.500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.563.248.914,00	R\$ 4.689.746.742,00	R\$ 6.252.995.656,00
0615 - Gestão do Ensino Profissional	R\$ 131.638.915,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 131.638.915,00	R\$ 394.916.745,00	R\$ 526.555.660,00
0616 - Valorização do Ensino	R\$ 70.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 70.000.000,00	R\$ 210.000.000,00	R\$ 280.000.000,00
0618 - Ensino Médio Pedagógico	R\$ 15.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000.000,00	R\$ 45.000.000,00	R\$ 60.000.000,00
0622 - Municipalização do Ensino Fundamental	R\$ 70.250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 70.250.000,00	R\$ 210.750.000,00	R\$ 281.000.000,00
0630 - Gestão do Ensino Superior	R\$ 212.256.888,00	R\$ 44.172.789,00	R\$ 0,00	R\$ 256.429.677,00	R\$ 784.252.900,00	R\$ 1.040.682.577,00
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	R\$ 3.550.000,00	R\$ 80.185.000,00	R\$ 0,00	R\$ 83.735.000,00	R\$ 250.965.000,00	R\$ 334.700.000,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	R\$ 1.050.000,00	R\$ 98.695.880,00	R\$ 0,00	R\$ 99.745.880,00	R\$ 299.237.640,00	R\$ 398.983.520,00
0660 - Pró-Cultura	R\$ 4.300.000,00	R\$ 44.545.000,00	R\$ 0,00	R\$ 48.845.000,00	R\$ 203.435.000,00	R\$ 252.280.000,00
0700 - Modernização e Integração da Inteligência e Gestão do Conhecimento em Segurança Pública	R\$ 6.360.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.360.000,00	R\$ 15.090.000,00	R\$ 21.450.000,00
0712 - Formação e Qualificação dos Profissionais da Segurança Pública	R\$ 7.030.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.030.000,00	R\$ 18.991.000,00	R\$ 26.021.000,00
0715 - Reequipamento e Apoio Operacional da Segurança Pública	R\$ 226.045.557,00	R\$ 34.455.729,00	R\$ 0,00	R\$ 260.501.286,00	R\$ 826.695.671,00	R\$ 1.087.196.957,00
0720 - Santa Catarina Segura	R\$ 46.897.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 46.897.000,00	R\$ 145.323.000,00	R\$ 192.220.000,00
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	R\$ 19.470.000,00	R\$ 40.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 59.470.000,00	R\$ 181.350.000,00	R\$ 240.820.000,00
0735 - Respostas aos Desastres e Reconstrução	R\$ 2.337.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.337.500,00	R\$ 7.012.500,00	R\$ 9.350.000,00
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	R\$ 25.000.000,00	R\$ 2.420.000,00	R\$ 0,00	R\$ 27.420.000,00	R\$ 113.460.000,00	R\$ 140.880.000,00
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	R\$ 15.100.000,00	R\$ 13.500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 28.600.000,00	R\$ 85.800.000,00	R\$ 114.400.000,00

PROGRAMA	ANODEAPLICAÇÃO 2012				TOTAL 2013-2015	TOTAL GERAL
	TESOURO	OUTRAS FONTES	INVESTIMENTO DASESTATAIS	TOTAL		
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional Socioeducativo	R\$ 125.900.000,00	R\$ 46.600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 172.500.000,00	R\$ 549.700.000,00	R\$ 722.200.000,00
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	R\$ 3.600.000,00	R\$ 5.950.000,00	R\$ 0,00	R\$ 9.550.000,00	R\$ 35.550.000,00	R\$ 45.100.000,00
0810 - Comunicação do Poder Executivo	R\$ 81.770.000,00	R\$ 8.741.321,00	R\$ 0,00	R\$ 90.511.321,00	R\$ 271.533.963,00	R\$ 362.045.284,00
0825 - Formação de Gestores Públicos	R\$ 120.000,00	R\$ 1.045.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.165.000,00	R\$ 3.279.000,00	R\$ 4.444.000,00
0830 - Modernização da Administração Fazendária	R\$ 46.628.473,00	R\$ 2.500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 49.128.473,00	R\$ 60.103.946,00	R\$ 109.232.419,00
0840 - PNAGE Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento de SC	R\$ 2.467.601,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.467.601,00	R\$ 0,00	R\$ 2.467.601,00
0850 - Gestão de Pessoas	R\$ 4.845.732.634,00	R\$ 129.748.776,00	R\$ 0,00	R\$ 4.975.481.410,00	R\$ 17.199.833.181,00	R\$ 22.175.314.591,00
0855 - Saúde Ocupacional	R\$ 14.950.827,00	R\$ 3.668.750,00	R\$ 0,00	R\$ 18.619.577,00	R\$ 56.421.306,00	R\$ 75.040.883,00
0870 - Pensões Especiais	R\$ 45.283.139,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 45.283.139,00	R\$ 136.109.417,00	R\$ 181.392.556,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	R\$ 615.910.317,00	R\$ 330.229.334,00	R\$ 0,00	R\$ 946.139.651,00	R\$ 2.916.592.661,00	R\$ 3.862.732.312,00
0950 - Defesos Interesses Sociais	R\$ 302.957,00	R\$ 1.100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.402.957,00	R\$ 4.797.803,00	R\$ 6.200.760,00
0990 - Encargos Especiais	R\$ 1.924.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.924.000.000,00	R\$ 7.195.000.000,00	R\$ 9.119.000.000,00
0999 - Reserva de Contingência	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 4.000.000,00
1.2. ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 3.778.368.084,00	R\$ 2.520.297.836,00	R\$ 0,00	R\$ 6.298.665.920,00	R\$ 22.204.001.325,00	R\$ 28.502.667.245,00
0220 - Governança Eletrônica	R\$ 20.478.500,00	R\$ 1.111.150,00	R\$ 0,00	R\$ 21.589.650,00	R\$ 58.918.950,00	R\$ 80.508.600,00
0400 - Gestão do SUS	R\$ 465.440.250,00	R\$ 41.255.657,00	R\$ 0,00	R\$ 506.695.907,00	R\$ 1.510.044.221,00	R\$ 2.016.740.128,00
0410 - Vigilância em Saúde	R\$ 19.121.500,00	R\$ 13.383.000,00	R\$ 0,00	R\$ 32.504.500,00	R\$ 97.513.500,00	R\$ 130.018.000,00
0420 - Atenção Básica	R\$ 85.535.400,00	R\$ 1.098.000,00	R\$ 0,00	R\$ 86.633.400,00	R\$ 259.900.200,00	R\$ 346.533.600,00
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	R\$ 157.264.000,00	R\$ 465.815.000,00	R\$ 0,00	R\$ 623.079.000,00	R\$ 1.868.837.000,00	R\$ 2.491.916.000,00
0440 - Assistência Farmacêutica	R\$ 114.484.185,00	R\$ 105.500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 219.984.185,00	R\$ 659.952.555,00	R\$ 879.936.740,00
0510 - Proteção Social Básica e Especial	R\$ 24.683.950,00	R\$ 30.026.400,00	R\$ 0,00	R\$ 54.710.350,00	R\$ 164.043.430,00	R\$ 218.753.780,00
0530 - Pró - Emprego e Renda	R\$ 48.830.000,00	R\$ 4.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 52.830.000,00	R\$ 225.821.500,00	R\$ 278.651.500,00
0540 - Nova Casa	R\$ 3.020.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.020.000,00	R\$ 9.060.000,00	R\$ 12.080.000,00
0550 - Erradicação da Fome em Santa Catarina	R\$ 2.632.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.632.000,00	R\$ 12.168.000,00	R\$ 15.800.000,00
0600 - Novos Valores	R\$ 2.617.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.617.800,00	R\$ 7.853.400,00	R\$ 10.471.200,00
0720 - Santa Catarina Segura	R\$ 600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	R\$ 1.800.000,00	R\$ 2.400.000,00
0810 - Comunicação do Poder Executivo	R\$ 4.950.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.950.000,00	R\$ 14.850.000,00	R\$ 19.800.000,00
0850 - Gestão de Pessoas	R\$ 761.419.880,00	R\$ 332.796.072,00	R\$ 0,00	R\$ 1.094.215.952,00	R\$ 3.282.347.856,00	R\$ 4.376.563.808,00

PROGRAMA	ANODEAPLICAÇÃO2012				TOTAL 2013-2015	TOTALGERAL
	TESOURO	OUTRASFONTES	INVESTIMENTO DAESTATAIS	TOTAL		
0855 - Saúde Ocupacional	R\$ 209.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 209.100,00	R\$ 633.300,00	R\$ 842.400,00
0860 - Gestão Previdenciária	R\$ 1.964.745.000,00	R\$ 1.521.685.007,00	R\$ 0,00	R\$ 3.486.430.007,00	R\$ 13.715.365.206,00	R\$ 17.201.795.213,00
0900 - Gestão Administrativa-Poder Executivo	R\$ 102.336.519,00	R\$ 2.627.550,00	R\$ 0,00	R\$ 104.964.069,00	R\$ 314.892.207,00	R\$ 419.856.276,00
1.3. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.967.446.275,00	R\$ 1.967.546.275,00	R\$ 5.551.289.814,00	R\$ 7.518.836.089,00
0160 - Geração de Energia Elétrica	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 165.481.000,00	R\$ 165.481.000,00	R\$ 788.183.000,00	R\$ 953.664.000,00
0180 - Expansão do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 440.912.865,00	R\$ 441.012.865,00	R\$ 973.285.306,00	R\$ 1.414.298.171,00
0186 - Comercialização, Eficientização e Medição de Energia Elétrica	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 109.700.000,00	R\$ 109.700.000,00	R\$ 342.800.000,00	R\$ 452.500.000,00
0187 - Adequação e Melhoria da Estrutura Empresarial - CELESC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 53.965.000,00	R\$ 53.965.000,00	R\$ 144.521.875,00	R\$ 198.486.875,00
0188 - Participações e Parcerias Público - Privadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 106.480.000,00	R\$ 106.480.000,00	R\$ 192.016.000,00	R\$ 298.496.000,00
0190 - Expansão do Gás Natural	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.702.242,00	R\$ 4.702.242,00	R\$ 27.250.236,00	R\$ 31.952.478,00
0200 - Competitividade e Excelência Econômica	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 287.268.411,00	R\$ 287.268.411,00	R\$ 861.805.236,00	R\$ 1.149.073.647,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 1.800.000,00	R\$ 2.400.000,00
0220 - Governança Eletrônica	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.291.000,00	R\$ 38.291.000,00	R\$ 169.373.000,00	R\$ 207.664.000,00
0310 - Agronegócio Competitivo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.120.000,00	R\$ 1.120.000,00	R\$ 2.730.000,00	R\$ 3.850.000,00
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.520.000,00	R\$ 1.520.000,00	R\$ 5.200.000,00	R\$ 6.720.000,00
0360 - Abastecimento de Água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 268.718.691,00	R\$ 268.718.691,00	R\$ 580.359.736,00	R\$ 849.078.427,00
0365 - Esgoto Sanitário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 276.270.489,00	R\$ 276.270.489,00	R\$ 824.715.694,00	R\$ 1.100.986.183,00
0530 - Pró - Emprego e Renda	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 212.416.577,00	R\$ 212.416.577,00	R\$ 637.249.731,00	R\$ 849.666.308,00

Fonte: LEI 15.722 - PPA 2012-2015 (disponível no endereço eletrônico <http://www.dlesc.sc.gov.br>, acesso em 03 de fevereiro de 2012).

8 . Agenda de Curto Prazo para Implementação do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social – PCHIS

Com base no documento das estratégias de ação e de modo a orientar a implementação imediata do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social – PCHIS propõe-se uma agenda de ações a serem desenvolvidas pelo Governo do Estado no curto prazo, ou seja, imediatamente após a finalização do documento técnico do Plano.

Deve-se ressaltar que tal agenda reflete os debates realizados nos fóruns de participação que envolveu a elaboração do PCHIS, principalmente o Fórum Estadual de Habitação e as reuniões do Grupo de Trabalho Interinstitucional.

Abaixo segue a sugestão de ações de curto prazo do PCHIS:

- Apresentar e pactuar as propostas do PCHIS junto ao Governador do Estado e aos demais órgãos de governo;
- Divulgar o conteúdo do PCHIS para as Prefeituras Catarinenses e os atores da sociedade civil, com destaque, dentre outros meios, para a elaboração de publicação impressa que tenha uma linguagem acessível e que traga em anexo a íntegra do documento técnico;
- Realizar estudos e debates sobre a reformulação da estrutura administrativa da política estadual de habitação;
- Promover a gestão junto ao Governo do Estado para o fortalecimento do Fundo de Habitação Popular – FUNDHAB, de modo a centralizar maior volume de recursos orçamentários próprios do estado, garantindo-se a participação social na sua gestão;
- Apoiar a capacitação dos Conselhos Municipais de Habitação;
- Iniciar a estruturação do Sistema Estadual de Informação, Monitoramento e Avaliação da Política Estadual de Habitação, principalmente por meio da utilização dos Planos Municipais de Habitação;
- Iniciar o estudo para implementação das novas linhas programáticas e programas habitacionais propostos no PCHIS, com prioridade para os programas de Urbanização de Assentamentos Precários, Melhorias Habitacionais e Oferta de Assistência Técnica;
- Instituir uma política estadual de apoio à Regularização Fundiária Urbana, utilizando-se de seminários e debates, garantindo um padrão completo de regularização e apoiando os municípios na implementação das ações.

9 . B i b l i o g r a f i a

ALARCON, G. e outros. “Conflitos de interesse entre pequenos produtores rurais e a conservação de áreas de preservação permanente na mata atlântica”. (In) Floresta, Curitiba, PR, V. 40, N. 2, P. 295-310. ABR/JUN, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultados do Censo 2010. site oficial.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic.) – 2009. Rio de Janeiro.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic.) – 2008. Rio de Janeiro.

BRASIL. Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Estatuto da Cidade.

BRASIL. Lei Federal Nº 6766/1979. Institui as regras gerais para o parcelamento do solo urbano nos municípios brasileiros.

BRASIL. Lei Federal Nº 9785/1999. Altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano).

BRASIL. Lei Federal Nº 11.124/2005. Instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

BRASIL. Medida Provisória Nº 2.220/2001. Institui a Concessão Especial para Fins de Moradia,

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação - Centro de Estudos da Metrópole/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cem/Cebrap – Precariedade no Brasil Urbano. Disponível em: www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/biblioteca.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES – Secretaria Nacional de Habitação. Plano Nacional de Habitação. Versão para debates. Brasília: Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Habitação. (2010a)

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES – Secretaria Nacional de Habitação. Guia de adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. Brasília: Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Habitação. (2010b)

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES – Secretaria Nacional de Habitação Política Nacional de Habitação. Caderno MCidades 4 – Habitação. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação. (2004).

BUARQUE, Sérgio: Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável. Rio de Janeiro, Garamond– 2005.

CARDOSO, Adauto Lúcio, ARAÚJO, Rosane Lopes e GHILARDI, Flávio Henrique (2009). “Necessidades habitacionais no Brasil. In: MINISTÉRIO DAS CIDADES e ALIANÇA DAS CIDADES (2009). Ações integradas de urbanização de assentamentos precários. Brasília/São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança das Cidades. Primeira reimpressão.

DENALDI, Rosana (2008). “Plano de ação integrada em assentamentos precários”. In: MINISTÉRIO DAS CIDADES e ALIANÇA DAS CIDADES (2008). Ações integradas de urbanização de assentamentos precários. Brasília/São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança das Cidades. Primeira edição.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil 2007. Brasília: Fundação João Pinheiro, 2007.

Observatório das Metrópoles – FASE. “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil /Construção de Tipologias; Análise do desempenho fiscal dos municípios das Regiões Metropolitanas; Análise sócio-urbana das metrópoles; Tipologia das cidades brasileiras; Metrodata – Base de dados intrametropolitana.” Trabalhos apresentados à 2ª Conferência Nacional das Cidades – Temas da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e das Políticas Setoriais do Ministério das Cidades. Governo Federal. Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

OLIVEIRA, Elzira Lúcia de, GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves e RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves (2009). Demanda futura por moradias no Brasil 2003-2023: uma abordagem demográfica. Brasília: Ministério das Cidades, 2009

RIBEIRO, L.C. Hierarquização e identificação dos espaços urbanos. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2009.

ROSSETTO, Rossella (2009). Metodologia para dimensionamento de custos e metas em planos habitacionais - aula proferida no curso Metodologia e Informações Básicas para Elaboração de Planos Locais e Regionais de Habitação. Casa da Cidade, São Paulo.

78.

SANTA CATARINA. DECRETO Nº 2.442, de 9 de julho de 2009 - Regulamenta a Lei Complementar nº 422, de 25 de agosto de 2008, e estabelece outras providências;

SANTA CATARINA. DECRETO Nº 2.936, de 21 de dezembro de 2009 - Nomeia integrantes para o Conselho Gestor do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. DECRETO Nº 1.185, de 26 de março de 2008 e DECRETO Nº 1.413, de 3 de junho de 2008 - Cria Grupo de Trabalho responsável pela elaboração de proposta do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social – PCHIS, em conformidade com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e estabelece outras providências;

SANTA CATARINA. Estatuto Social Consolidado da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC;

SANTA CATARINA. Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 13 de abril de 2009.

SANTA CATARINA. Lei Estadual nº 3.698, de 12 de julho de 1965 e Decreto Lei nº 4.032, de 15 de abril de 1966 – Constituição da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC;

SANTA CATARINA. LEI Nº 14.590, de 23 de dezembro de 2008 - Cria o Conselho Estadual das Cidades de Santa Catarina - CONCIDADES/SC;

SANTA CATARINA. LEI COMPLEMENTAR Nº 422, de 25 de agosto de 2008 - Institui o Programa de Habitação Popular - NOVA CASA, cria o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina e estabelece

SANTA CATARINA. LEI COMPLEMENTAR Nº 381, de 07 de maio de 2007 - Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual;

SANTA CATARINA. LEI COMPLEMENTAR PROMULGADA Nº 503, de 11 de maio de 2010 - Altera o art. 5º da Lei Complementar nº 422, de 2008, que institui o Programa de Habitação Popular - NOVA CASA, cria o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO – SC. Projeto Meu Lugar. Plano de Desenvolvimento Regional, 2005. Disponível em: http://www.spg.sc.gov.br/meu_lugar.php

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL. Noções Básicas sobre o Cooperativismo. Florianópolis, agosto de 2009. Disponível em: http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=338&Itemid=46&lang=brazilian_portuguese

SANTA CATARINA. Projetos Âncoras para Investimentos em SC. 2009. Disponível em <http://www.santacatarinabrasil.com.br/pt/projetos-ancoras-para-investimentos-em-sc/>

SANTA CATARINA .SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE. Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina – Mapa da Fome. 2003.

A n e x o

Encaminhamentos do Fórum Estadual de Habitação

No dia 23 de novembro de 2011 foi realizado o Fórum Estadual de Habitação, promovido pelo Governo do Estado de Santa Catarina na cidade de Florianópolis. O Fórum constituiu-se enquanto um espaço de participação aberto para as sugestões dos atores da sociedade civil e dos demais níveis de governo acerca da proposta preliminar do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social – PCHIS. Apresentamos abaixo os principais tópicos que sintetizam as contribuições apresentadas, as quais foram incorporadas ao longo do texto final do PCHIS:

- Integração do PCHIS com outros planos setoriais do Governo do Estado.
- Programa de unidades isoladas para a área rural – recomendação como agenda de curto prazo.
- Sistema de Monitoramento e Avaliação: tratar da localização urbana dos empreendimentos habitacionais que estão sendo construídos.
- Sugestão de ações para iniciar a implementação do PCHIS no ano de 2012: utilização dos dados dos Planos Municipais de Habitação; e instituição das novas linhas programáticas, com a realização de seminário sobre o assunto.
- Necessidade de divulgação do PCHIS para os diversos setores da sociedade civil.
- O PCHIS deve ser colocado nas prioridades políticas do Governador, por meio do conhecimento de seus dados e de sua divulgação para as Secretarias de Estado.
- Estudar a aplicação da lei estadual que determina a aplicação de 1% dos recursos do orçamento estadual no Fundo de Habitação.
- Realizar a apresentação do PCHIS para as Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDRs e para os escritórios regionais da COHAB.
- Demanda para a instituição de uma ação para manutenção das unidades habitacionais produzidas.
- Aprimorar o sistema de cadastro para contemplar a família beneficiária somente uma vez com a unidade habitacional.
- O trabalho social nos empreendimentos habitacionais deve ser considerado como elemento essencial para garantir a sustentabilidade do atendimento.
- Alguns problemas elencados no desenvolvimento dos programas habitacionais pelos municípios: dificuldade na adequação do projeto arquitetônico às necessidades das famílias beneficiárias; modalidades de licitação que acarretam contratação de empresas com baixa qualificação; baixos valores de investimento dos programas atualmente disponíveis.
- Necessidade de integração da política habitacional com as demais políticas setoriais, por exemplo, com a garantia de áreas de lazer nos empreendimentos de habitação de interesse social.
- Aprimorar os sistemas municipais de aprovação dos projetos habitacionais, de modo a garantir sua qualidade e melhor inserção urbana na cidade.

- Definir como ação de curto prazo do PCHIS: a capacitação dos conselhos municipais de habitação.
- No desenho institucional da política estadual de habitação, definir um órgão formulador da política, com necessária articulação a outros setores de governo.

A n e x o

Ata de Reunião

Ata de Reunião para a apresentação do produto 3.3 do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social ao Grupo de Trabalho Interinstitucional

Foi realizada em dezessete de janeiro de dois mil e doze, às quatorze horas e trinta minutos, nas dependências da COHAB/SC, a reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI responsável pelo acompanhamento da elaboração do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social. A equipe da DEMACAMP, responsável pela elaboração do plano, fez a apresentação do conteúdo referente ao produto 3.3, que se configura como a versão consolidada do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social – PCHIS, compreendendo a análise dos dados levantados e os demais itens exigidos, com as considerações do Fórum Estadual de Habitação, aos membros presentes que compõem o Grupo de Trabalho Interinstitucional. A apresentação foi conduzida pelos profissionais Flávio Henrique Ghilardi e Margareth Matiko Uemura, que apresentaram os seguintes tópicos do trabalho: introdução, diretrizes e objetivos, estratégias, estimativas de custos de atendimento habitacional, linhas programáticas e programas e sistema de monitoramento e avaliação. Em debate com os presentes, os principais pontos abordados pelos membros do GTI foram: alteração dos números de investimento da COHAB/SC, a serem fornecidos pelos técnicos da COHAB/SC à equipe de consultoria; necessidade de previsão de metas faltantes para alguns programas; enfatizar a necessidade de elaboração, na implementação do PCHIS, do mapeamento de áreas de risco; enfatizar a necessidade de constituição de banco de terras enquanto estratégia do PCHIS; atentar que o principal foco das necessidades habitacionais de Santa Catarina encontra-se nos elementos da inadequação habitacional; propor uma agenda de curto prazo para implementação do PCHIS, com os seguintes itens sugeridos: montagem do sistema de monitoramento e avaliação, constituição do programa de melhorias habitacionais, fortalecimento do FUNDHAB e avaliação da estrutura de gestão da política habitacional; definir o conceito de “risco” no programa afim; e propor uma estrutura ideal de gestão da política estadual de habitação, de acordo com o diagnóstico realizado e as estratégias propostas. Ao final do debate, o Grupo de Trabalho Interinstitucional aprovou o produto apresentado pela consultoria e houve o encerramento da reunião.